

010ª SESSÃO ORDINÁRIA - 27FEV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, não é sobre o Expediente, que foi absolutamente bem apregoado pelo distinto Secretário da Casa, mas sobre a Pauta e sua discussão preliminar. Nós queremos, desde logo, requerer a V. Exa. que, obedecidos os trâmites regimentais, possamos, hoje, inverter a ordem dos trabalhos, fazendo com que a Pauta ocorra antes da Ordem do Dia. Há inúmeros assuntos em Pauta, e na Ordem do Dia de hoje há assuntos polêmicos que poderão se estender, fazendo com que não cumpramos a Pauta. Então, fica o Requerimento formulado a V. Exa. para, de acordo com os trâmites legais, deferi-lo quanto for o momento.

O SR. PRESIDENTE (Aíto Ferronato): Srs. Líderes, há um Requerimento do Ver. Pujol solicitando a inversão da ordem dos trabalhos: primeiro, a Pauta; depois, a Ordem do Dia. (Pausa.) Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Aíto Ferronato; meus colegas Vereadores, Vereadoras; senhoras e senhores aqui presentes, hoje temos um conjunto de Projetos que dizem respeito à vida da Cidade. E um desses Projetos é de autoria do Ver. Adeli Sell – o PLL nº 241/11 –, que obriga os hospitais, centros de saúde e unidades básicas de saúde de Porto Alegre a fixarem placas informando o nome e o horário de atendimento dos profissionais na área de Saúde.

Vereador Adeli, o seu Projeto é muito importante para que possamos avançar numa das grandes demandas da cidade de Porto Alegre: a primeira, a carência do serviço de Saúde, e, a segunda, a transparência do serviço de Saúde. Inclusive, os jornais de hoje publicam que, dos projetos do Governo Federal direcionados para Porto Alegre, há também para as quatro UPAs – Unidades de Pronto Atendimento –, que já deveriam estar prontas e funcionando, Ver. Raul Torelly. A UPA da Zona Norte, que apesar de pronta, não inaugurou, novamente, devido ao grande problema que é a falta de condução dos projetos pelo Executivo. Também nos deparamos, nesse final de semana, Ver.^a Sofia, com a falta de água na Cidade – falta de água é um tema de Saúde pública! E se nós pegarmos as regiões da Cidade como a Lomba do Pinheiro, a Restinga, o Lami, a Hípica, onde faltou água, temos que perguntar: por que faltou água? Porque não há projeto de expansão da rede de Porto Alegre. E nós não podemos aceitar isso, Ver. Reginaldo Pujol, passivamente.

Portanto, creio que teremos de fazer um esforço coletivo desta Casa, com todos os colegas Vereadores e Vereadoras, e dizermos que a falta de projetos do Executivo está levando a população a um estado de calamidade, porque não ter água é estado de calamidade – isto é Saúde pública!

Então, Ver. Adeli Sell, enquanto o senhor sugere que haja transparência nos postos de saúde, sugiro que haja água, porque o posto de saúde da Lomba do Pinheiro não funcionou porque não tinha água! Então, veja só a incoerência que a Cidade está vivendo.

Quero registrar aqui, Ver. João Antonio Dib – o senhor que já foi do DMAE –, que existem nos cofres públicos do DMAE mais de R\$ 300 milhões sendo aplicados, mensalmente, para render juros, enquanto que os projetos que têm de sair, não saem.

Está aqui o povo da Serraria, que tinha de ter sido reassentado com o DEMHAB, pelo Programa Integrado Socioambiental e não foi – por quê? Por falta de projetos, Ver.^a Sofia Cavedon. Por que não saiu a conclusão do Parque Arroio do Salso, onde há alagamentos? Por falta de projetos.

Então, a Cidade está vivendo a síndrome da falta de projetos para que possamos qualificá-la, e este debate é permanente. Inclusive, as notícias de hoje dizem que Porto Alegre, Ver. Brasinha, poderá perder a Copa – isso

também é por falta de projetos que condicionem as políticas públicas. Tem que haver projetos, se não houver, não haverá obras; se não houver obras, não há melhorias; se não houver melhorias, a população é que fica no vermelho. Esta é a realidade!

E o DMAE deve uma explicação para a cidade de Porto Alegre por que faltou água em toda a Lomba do Pinheiro, por cinco dias? Este não é um tema de hoje. Lá na Hípica, onde mais de 35 mil famílias ocuparam nos últimos tempos, sabem qual é a pressão da água? É de 30, quando deveria ser de 70. Portanto, aquele que quiser tomar banho tem que levantar de madrugada, porque no final da tarde, não consegue. Então, não é um problema só da periferia, da classe baixa, mas da classe média também. Então, quero abrir esse debate aqui: a Cidade não pode esperar pela falta de projetos. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Questão de Ordem): Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. chamasse a atenção dos oradores em Pauta, que se referissem à Pauta tão-somente.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Serei muito breve, sou o único que falou em Pauta, e o Ver. João Antonio Dib não tem autoridade para me chamar a atenção, porque eu falei sobre o Projeto do Ver. Adeli Sell, que trata dos postos de saúde, e comentei também sobre a falta de água, que também é uma questão de saúde.

SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): Solicito à Ver.^a Fernanda Melchionna que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, quero dizer ao Ver. João Dib que eu tenho projetos em Pauta e, portanto, vou falar deles. O primeiro deles – o PLL nº 220/11 – é apenas uma correção na redação, que está errada na Lei Municipal, que trata daquele aviso que torna obrigatória a fixação de placa de advertência, aos usuários, nas portas dos elevadores de prédios públicos e privados. Mas quero me ater ao Projeto que o meu colega, Ver. Comassetto, acabou de referir – o PLL nº 241/11 – que obriga os hospitais, centros de saúde e unidades básicas de saúde do Município de Porto Alegre a fixar placas informando aos usuários o nome e o horário de atendimento dos profissionais da área da saúde neles lotados, bem como o nome do seu diretor e o número de telefone do órgão municipal responsável por eventuais reclamações. Ou seja, o meu Projeto tem o objetivo de garantir a cidadania. Porque uma das coisas mais preocupantes dos usuários da saúde – e não só da saúde –, daquele pessoal que vem da periferia, que sabe o que sofre com os ônibus, vai reclamar para quem? Para os números 118 ou 156? E aí começa a confusão, porque os retornos são difíceis. Eu coloco essa questão de saber quem é o profissional que está naquele posto de saúde, e qual o horário que ele atende. Por exemplo: o clínico geral, Fulano de Tal, que trabalha de segunda a sexta, no horário tal – isso para que, se eu chegar no posto de saúde às 11h, e ele tiver que ficar até o meio-dia, eu possa conversar com ele. Porque eu não aceito que no mundo moderno, de Internet, nós tenhamos que estar às 4h da manhã num posto de saúde, Ver. Brasinha. Isso é inaceitável! As consultas deveriam ser feitas das mais variadas formas, nos horários mais variados, e a pessoa poderia ir lá segundo o seu agendamento. Mas se eu tiver uma emergência, e eu tiver a informação que aquele médico trabalha das 8 às 12h – porque ele tem um contrato de 30 horas e não de 20 horas, ele tem que cumprir 30 horas e não 20 horas –, irei procurá-lo.

Eu gostaria de ter, por exemplo, o apoio do Dr. Paulo de Argolo Mendes, Presidente do Simers. E como o Simers não se cansa de dizer que são favoráveis à transparência, que as pessoas trabalhem 30 horas, se o contrato for de 30 horas; 20 horas, contrato de 20 horas. Nós chegamos a modificar esses procedimentos, Ver.^a Maria Celeste, por demanda das categorias

profissionais, mas, se são 30 horas que o servidor deve trabalhar, é porque tem que trabalhar 30 horas.

Meus caros colegas, meu caro Ver. José Freitas, que agora se soma a nós neste plenário – não o tinha cumprimentado ainda de público pelo seu mandato –, é importante que a gente discuta esse tipo de Projeto, Ver. Luiz Braz; eu diria que isso deveria ser válido no Município, no Estado e na União.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)

Ver. Adeli Sell, com toda certeza, V. Exa. é um dos Vereadores que trabalham e fiscalizam bastante aqui neste Legislativo, mas devo dizer a V. Exa. que, quem fez esse acordo com os médicos para que eles trabalhassem menos do que a carga horária que tinham, foi o Partido de V. Exa. numa das vezes em que esteve aqui à frente da Prefeitura.

O SR. ADELI SELL: Eu me recordo bem dessa discussão em 2003, 2004; da pressão que a Prefeitura sofreu e da cedência que nós fizemos, na minha opinião, equivocadamente – disse na época, repito aqui –, porque nós temos que fazer o devido enfrentamento com as categorias profissionais e com seus sindicatos, não importa se é na situação ou na oposição.

Na Câmara, com os votos do PT, inclusive, nós fizemos as modificações. Só que agora nós temos horários de 20 horas, 30 horas; portanto, horário de lei deve ser cumprido. Por isso que o nome do diretor, do responsável pelo órgão, o nome do médico, da pessoa responsável tem que estar afixado, porque isso é um direito do usuário. Por isso a minha Lei, e peço apoio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Adeli Sell. Antes de dar sequência aos Vereadores e Vereadoras inscritos para discussão de Pauta do dia de hoje, quero cumprimentar os integrantes do Fórum de Entidades que estão presentes e os moradores e moradoras da Lomba do Pinheiro que vêm acompanhar a Sessão de hoje, também numa questão muito importante como

o acesso à água. Eles estão entregando um documento aos Vereadores e Vereadoras deste Plenário e para a presidência da Câmara de Vereadores. Sejam muito bem-vindos!

Teremos que suspender a Sessão durante 30 segundos para uma pequena alteração no relógio do plenário da Câmara Municipal.

(Suspende-se a Sessão às 14h18min.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): (14h19min) Estão reabertos os trabalhos.

Comunico ao Presidente, João Batista, o recebimento do Ofício da Associação Comunitária Santa Filomena, que o Ver. Carlos Todeschini, também integrante da Mesa Diretora da Câmara Municipal, repassou a esta Presidência, pelo qual os moradores e as moradoras requerem uma Audiência Pública aqui na Câmara Municipal para falar das recorrentes faltas de água ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro, no bairro Lomba do Pinheiro, entre as paradas 21 e 13. Daremos sequência, e certamente será acolhida a reivindicação dos moradores e das moradoras do bairro Lomba do Pinheiro.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidenta, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, ora, estamos no espaço da Sessão em que se discute a Pauta. Discutir a Pauta significa discutir aqueles Projetos que estão na pauta de hoje e que foram recentemente encaminhados para a Câmara. Hoje, vamos discutir, à tarde, impacto de vizinhança. Inquestionavelmente, na Pauta, nós temos projetos que falam de saúde, que falam de tributos, que falam de segurança – uma série de projetos. Por isso que falar hoje em saúde, segurança, tributos, Ver. Dib, também é falar na falta d'água.

Porto Alegre está vivendo, sim, um período em que, com uma frequência bastante significativa e importante, não há água em diversos bairros e vilas da

Cidade, e nós não podemos compreender por que falta água em Porto Alegre com o manancial de águas que temos aqui, Ver. João Dib. Por isso está correto, sim, discutir os projetos que estão em Pauta, discutir a grande Pauta da Cidade, como a questão da água aqui no Município. Então nós estamos aqui conclamando que se faça uma avaliação criteriosa e urgente para ver o que está acontecendo para que, com uma insistência bastante grande, Porto Alegre não tenha regularidade no fornecimento de água para os munícipes, muito especialmente nas regiões mais distantes aqui do Centro da Cidade. Nós precisamos uma atenção toda especial para esse tema, sim, e estamos aqui para chamar a atenção do Executivo com relação a isso e dizer que é preciso, urgente, pensar na busca de soluções para esta questão.

Com relação aos projetos que aqui estão, nós estamos atentos a todos eles, vamos analisá-los e acompanhá-los no sentido de votar favoravelmente àqueles que compreendemos que sejam positivos e favoráveis à nossa Cidade Porto Alegre.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Aírto Ferronato obrigado pelo aparte. O Projeto de nossa autoria, o PLCL nº 028/11, trata do ISS das empresas que fazem locação de mão de obra temporária. Esse é um assunto que eu gostaria de contar com a sua dedicação, com o seu entusiasmo, como tem feito em outros projetos na área tributária, porque sei que V. Exa. também conhece profundamente esse assunto.

O SR. AIRTO FERRONATO: Ver. Bernardino, desde 1989 – lá se vão 23 anos –, quando cheguei pela primeira vez aqui na Câmara, eu tenho defendido a tese de que é preciso fazer um comparativo de alíquotas ao menos nas cidades da Grande Porto Alegre. Porto Alegre não pode estar tão aquém, mas não pode cobrar mais do que as cidades vizinhas, senão as nossas empresas vão para lá. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Aírto Ferronato.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Fernanda Melchionna, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, comunidades que nos acompanham, comunidades que estão aqui para a discussão do EIV – um instrumento pelo qual lutamos tanto, tão sonhado, e tão importante para a Cidade de Porto Alegre harmonizar crescimento com garantia de direitos – e as comunidades que vêm fazer aqui a entrega do documento da água; este é um momento de debate dos projetos que começam a tramitar na Casa. De fato, o Ver. Adeli tem uma proposição que nós devemos discutir bem, inclusive ouvir os postos de saúde. Isso é importante, porque a população tem que saber como fiscalizar, Ver. Adeli, mas nós sabemos também da exposição que os nossos colegas sofrem. Eu e o Mauro Pinheiro, esses tempos, interferimos numa situação de ameaça de funcionários num posto de saúde – ameaça porque a pessoa não conseguia consulta. O cidadão sabia o nome do funcionário, foi com arma, depois mandava recado, e o posto inteiro andava em pânico.

Mas acho que o tema da Saúde não pode ser tratado sem a profundidade devida. Quando assistimos, no ano passado, no período de férias, às emergências superlotadas; quando nós fizemos um balanço do Projeto Câmara na Comunidade, Ver. Dib – foram 55 visitas do Câmara na Comunidade –, chegamos à conclusão de que a periferia está sem saneamento, porque o esgoto corre a céu aberto. As valas e valões não estão sendo limpos em nenhum lugar desta Cidade. Quando chove, esse esgoto, esse lixo e esse lodo entram dentro das casas. Muitas dessas populações recebem água de maneira precária, por mangueirão, o qual, muitas vezes, corre por dentro do esgoto que sai das casas, e eles acabam tendo que juntar água noite para a terem de dia. Por isso, entendemos por que os postos de saúde não dão conta e as emergências estão superlotadas, até porque é preciso esperar muito tempo para os exames especializados. Não há saúde que aguente! A saúde parte, sim, do saneamento básico, da moradia com dignidade, da moradia seca, da

água limpa e potável. E, por incrível que pareça, o DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa!

Vou listar aqui quantas comunidades – só das que nós visitamos no ano passado, através do Projeto Câmara na Comunidade – não têm água: Beco Tabajara, na Glória – na parte alta desse beco não há água, ficando os moradores até dez dias sem água; Jardim Marabá, na Glória. Falta saúde, Ver. Dib; o esgoto está correndo a céu aberto, e a água para comer ou tomar banho é muito fraca. Eles pedem que seja aplicado o Programa Água Certa, e o DMAE com R\$ 300 milhões em caixa. Vila Taquareira, na Glória: falta água potável e saneamento básico; sem saneamento básico não há saúde; Vila Gaúcha, no Morro Santa Teresa: falta água da parte alta do Morro, e o esgoto corre pelos canos expostos em cima da calçada. E o que é pior: o DMAE não investe o seu recurso para alcançar água, mas, quando faz a obra – a única obra atrasada e que está em andamento, que é a do PISA –, ainda provoca rachaduras nas casas. Na Vila Nossa Senhora das Graças, devido à obra do DMAE, pelo Programa Integrado Socioambiental, estão ocorrendo rachaduras em muitas casas, no decorrer da Vila, inclusive na creche; Tristeza: está ocorrendo vazamento de água na Praça Tristeza; Topázio: escorre céu esgoto a céu aberto, misturando-se com a água da vertente na Rua Amapá; Vila Páscoa: há alagamento e água correndo; Vila Cruzeiro: o esgoto corre a céu aberto. Loteamento Mariante: falta saneamento básico em todo o loteamento. Está terminando o meu tempo, e eu não cheguei a um terço do primeiro semestre dos problemas de saneamento básico. Então, Ver. Adeli, o seu Projeto é meritório, é verdade, porque pensem o seguinte: nós precisamos dar instrumento para a população cobrar atendimento e condições de saúde. A população precisa entender que tem um outro Projeto da Consciência Jovem, que é de autoria do Ver. Valdir, que saúde passa por saneamento básico, que esta cidade não tem, e guarda dinheiro em caixa!

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Anunciamos as presenças da Ver.^a Elisabete, de Vacaria, que se encontra no plenário, e do Secretário de Planejamento Municipal Márcio Bins Ely, também Vereador desta Casa, que

certamente veio acompanhar a votação do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhaça – na tarde de hoje.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, sou um homem paciente, mas eu acho que tudo tem um limite. Nós estamos no período de Pauta e falamos de tudo, menos dos assuntos em Pauta. Se é para falar da Saúde, nós podemos falar da falta de remédios. Mas não é isso que eles estão falando, eles estão falando do problema de falta d'água, mas também não falamos da falta de energia elétrica, que impede o funcionamento das bombas elevatórias. Também isso eles não falam. Agora, o que eu gostaria mesmo, e me daria alegria e satisfação seria comparar, que eles fizessem a comparação dos discursos do ano passado, defendendo o Prefeito Fortunati, e os que estão fazendo agora. É questão de tempo, só que eu sou um ouvinte assíduo aqui, eu ouço todos os discursos do começo ao fim da tarde. Os elogios que vinham daquela Bancada ali me deixavam impressionado! Eles me tiravam a oportunidade de fazer a defesa do Governo, porque eles faziam por mim, eu não tinha o que fazer. Só que, agora, eles mudaram. Agora, eles têm um candidato a Prefeito e têm que tentar fazer o que estão fazendo aqui, agora. E a Mesa está deixando que a Pauta seja usada para discutir todos os assuntos, criticando o Executivo Municipal. Eu sou democrata, eu ouço, sou obrigado a ouvir também, eu ouço com bastante atenção. Agora, eu comparo o que eles diziam ano passado com o que eles dizem agora: é bem diferente, é o oposto! Antes eles defendiam, agora eles acusam. Se alguém quiser saber se o DMAE fez obras, eu tenho aqui uma relação com todas as obras do DMAE, mas eles não estão interessados, eles querem fazer é críticas.

Então, nós estamos falando do PLL nº 241/11, de autoria do Ver. Adeli Sell, que obriga hospitais, centros de saúde e unidades básicas de saúde do Município de Porto Alegre a fixar placas informando aos usuários o nome e o horário de atendimento dos profissionais da área da Saúde neles lotados, bem como o nome de seu diretor e o número do telefone do órgão municipal

responsável pelas eventuais reclamações, e aí eles dizem que falta água e só falam na falta de água na Cidade. E por que não falam na falta de energia? Eu ouvi ali que a Copa do Mundo foi tratada na Pauta. Esqueceram de dizer – hoje eu ouvi no rádio também – que Governador do Estado acha que o Estádio do Beira-Rio não será sede dos jogos da Copa do Mundo; eu não os ouvi falar.

Agora, falam tudo: falta de projeto – tudo falta projeto, como se eles tivessem projeto quando estavam lá na Prefeitura, como se esta Cidade não tivesse sido destruída na sua Secretaria de Planejamento, porque eles relegaram a Secretaria de Planejamento a um plano secundário, muito secundário. Eles não falam isso; por que não, se é a verdade? A Prefeitura está tentando se reestruturar, está fazendo um esforço para fazer valer tudo o que tem que ser feito na Secretaria de Planejamento. Eles esqueceram que existia essa Secretaria, faz meia dúzia de anos que estão tentando repor o que a Secretaria foi um dia.

Então eu gostaria que falassem da mesma maneira como falaram no ano passado, porque senão não vou acreditar nos meus amigos; senão não entenderei o que eles dizem; não sei quando eles falam a verdade ou não. Saúde e PAZI!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTA (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. João Antonio Dib.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver.^a Fernanda, na presidência dos trabalhos; demais Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, público das galerias, vamos falar, em Pauta, Ver. João Antonio Dib, a respeito do excelente Projeto de autoria do nosso companheiro Ver. Adeli Sell, que obriga hospitais, centros de saúde e unidades básicas de saúde do Município de Porto Alegre a fixar placas informando aos usuários o nome e o horário de atendimento dos profissionais da área da saúde neles lotados, bem como o nome de seu diretor e o número do telefone do órgão municipal responsável

pelas eventuais reclamações. Por que é importante esse Projeto, Ver. João Antonio Dib? Porque nós, Vereadores, que fiscalizamos a Cidade, muitas vezes, durante o ano de 2011 e, agora, em 2012, fomos aos postos de saúde por quê? Por causa das reclamações dos usuários, Ver. Luiz Braz, pelo mau atendimento, pela falta de profissionais, pela falta de médicos, médicos que estão de férias e não são substituídos, Ver. Todeschini, e por causa das filas. Eu estive junto com a Ver.^a Sofia Cavedon, que, na época, era Presidente da Câmara, num posto de saúde, às 18h30min, e a fila já estava imensa – na rua, na calçada, com chuva –, e as pessoas estavam esperando para marcar sua ficha para o outro dia, porque o médico ia entrar de férias, e quem não marcasse ficaria, Ver. José Freitas, mais de 30 dias sem médico. E, se não conseguisse a ficha, seriam mais 15 dias, e seriam 45 dias sem que as pessoas pudessem consultar. Então, a população precisa ter um acesso, que foi muito bem lembrado pelo Ver. Adeli Sell, para poder reclamar, Ver. João Antonio Dib.

O Sr. Dr. Raul Torelly: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, obrigado pelo aparte. A preocupação pela Saúde pública é de todos nós, independentemente de cor partidária ou de qualquer outra coisa. Mas a gente tem que ver também a situação dos médicos, que é fundamental nisso. E eu gostaria de ter a parceria de todos os Vereadores, no sentido de construir esse Projeto do Ver. Adeli de uma maneira que realmente faça com que haja equiparação da carga horária dos médicos. Porque a realidade que se vive é que os médicos municipais – graças a Deus – têm uma remuneração não excelente, mas pelo menos razoável, e os outros que trabalham junto com eles, sejam do Estado ou Federal, ganham muito menos para realizar o mesmo trabalho. E nós precisamos de um plano de carreira do SUS em Porto Alegre, e não apenas do Estado, Federal ou Municipal, para que aqueles que prestam serviço pelo SUS tenham uma remuneração adequada e o horário registrado via ponto, assim a população ficará bem esclarecida. Obrigado.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado pela contribuição, Ver. Dr. Raul. Com certeza terá o apoio da nossa Bancada, de tudo aquilo que for para buscar melhorias para o nosso Município. Tanto é que o Ver. João Antonio Dib falou que muitas vezes a Bancada do Partido dos Trabalhadores elogiou o trabalho, quando era bem feito; agora, há problemas, e os problemas da Cidade têm sido muito maiores do que as benfeitorias. Assim, temos que cobrar e fiscalizar, quando necessário. Quando houver boas coisas, vamos também elogiar.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Quero fazer uma manifestação também na mesma direção, porque no final do ano passado nós autorizamos todos os pedidos de contratação de médicos para dar condições à Secretaria Municipal de Saúde de atendimento à comunidade. No entanto, recebi várias reclamações na semana passada de que os médicos que foram embora não foram substituídos. Cito dois exemplos: o BS Calábria e a Pequena Casa da Criança não há médicos para atender à população.

O SR. MAURO PINHEIRO: Esse é um problema e temos que criticar. Assim como temos que criticar, Ver. João Antonio Dib, a UPA da Zona Norte. A principal UPA da Zona Norte, de praticamente 3,5 milhões, sendo 2,6 milhões do Governo Federal e 800 milhões do Governo do Estado, está praticamente pronta e o Município não define como vai comprar os equipamentos médicos. A UPA está parada pela incompetência do Governo Municipal. Essa UPA vai desafogar o Hospital Conceição, onde há um acúmulo de pessoas para serem atendidas, e terá condições de atender 600... (Som cortado por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Sr. Presidente, nós recebemos aqui, com muita honra, os integrantes das associações de moradores da Lomba do Pinheiro e da Santa Filomena, e eu entendo que deveríamos ter condições de

a CUTHAB, a COSMAM e a CEDECONDH receberem, em conjunto, essas entidades, começando pela Santa Filomena. Como a questão da água diz respeito à saúde, tem relação direta com a moradia e também é um direito humano fundamental, acho que essas três Comissões, em conjunto, numa data a ser escolhida pelos Presidentes, poderiam e deveriam receber essas entidades. Este é o meu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Pedro Ruas, quero lhe informar que o pedido de Audiência Pública já foi feito pela comunidade, justamente ao gabinete da presidência. Nós iremos decidir, quarta-feira, na reunião da Mesa, e encaminharemos, juntamente com as Comissões, para que seja marcada uma Audiência Pública.

O SR. PEDRO RUAS: Na verdade, elas não são excludentes entre si. Nós podemos ter ambas as reuniões. Mas fica o Requerimento para que essas Comissões analisem. Nada contra a Audiência Pública; a favor. Mas também essa outra possibilidade como reflexão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que nos assistem nas galerias e em casa. Venho a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos praticamente de ordem técnica sobre a colocação do Ver. Comassetto. (Lê) “As explicações sobre a falta de água já foram suficientemente esclarecidas à população. O que houve foi excesso de consumo no período de mais forte calor na Cidade que, associado ao fato de que houve uma parada de fornecimento de energia elétrica pela CEEE, acabou por secar os reservatórios. O serviço de fornecimento de água potável já foi restabelecido na parte da Lomba do Pinheiro, abastecida pela ETA Belém Novo. Não foi toda a Lomba que ficou sem água, pois a maior parte dela é abastecida pela ETA da Lomba do Sabão. Desde 2010, o DMAE está implantando as melhorias para garantir o abastecimento não apenas da Lomba

do Pinheiro, mas para toda a Região Sul da Cidade, que está crescendo em função dos programas habitacionais para os mais pobres. A ETA Belém Novo já pode produzir o dobro da capacidade com que hoje trabalha. E a nova adutora está em licitação. É equivocada a informação de que falta pressão na rede de água que abastece a região da Hípica. Se ocorresse a pressão de 60 metros de coluna de água que o Engenheiro Comassetto propõe, não haveria mais um tubo sequer sem rompimento por excesso de pressão. As normas exigem pressões inferiores a 10 metros. [Com 70, provavelmente não daria.] Quando o Engenheiro Comassetto diz que não há planejamento em nenhum projeto do DMAE está fazendo uma crítica aos servidores do DMAE, pois esses foram os responsáveis pela elaboração das revisões, em 2010, dos planos diretores de água e esgoto, enquanto que em 2004 a revisão foi contratada por terceiros.”

O Ver. Todeschini sabe. O que eu quero dizer é que – Vereador, eu não vou bater boca com o senhor – o DMAE está tentando fazer isso de todas as maneiras. Existiu realmente a falta de água, todos nós sabemos o calor que fez neste verão e o consumo de água aumentou totalmente. Por isso, quero deixar claro que o DMAE está fazendo todos os esforços que poderiam ter sido feitos há muitos anos e não foram. Então, quem trata desse problema sabe que só com o investimento que está sendo feito na cidade de Porto Alegre poderá ser recuperada a capacidade de abastecimento de água. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Encerrada a discussão da Pauta, passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. José Freitas.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, agradeço a gentileza do Ver. José Freitas por ter trocado o Grande Expediente

comigo; eu estou listada para falar em Grande Expediente na quinta, quando será ocupado pelo Vereador.

Neste Grande Expediente, meu primeiro deste ano, quero aqui também fazer uma grande reflexão. Nós, Ver. João Antonio Dib, e eu tenho certeza absoluta que o senhor, como Líder de Governo, deve ser o Vereador mais preocupado com as notícias que tivemos em janeiro e fevereiro sobre a falta de água em algumas comunidades, em algumas regiões da nossa Cidade, e isso é tão real e tão verdadeiro que hoje temos aqui várias comunidades, várias lideranças, especialmente da Lomba do Pinheiro, e eu quero reconhecer e agradecer a presença dos senhores aqui nesta tarde, dizendo exatamente isso para a Câmara Municipal porque todo diálogo estabelecido durante o mês de janeiro e fevereiro com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre parece ter sido infrutífero, parece que nada avançou. Portanto, venho aqui hoje pedir uma audiência pública a esta Câmara Municipal exatamente para debater o que nós, Vereadores, também queremos estar colocando no debate. As comunidades, as pessoas que moram na nossa Cidade, sabem da importância da água para a saúde, sabem da importância da água para a manutenção da vida. Agora, o que nós não sabemos e não entendemos é que, diante do Orçamento constituído no ano de 2011, nós verificamos que havia três projetos específicos relativos ao abastecimento de água na Cidade: a ampliação da rede, a melhoria de tratamento da água e o programa de redução de perdas de água. Para esses dois primeiros projetos do DMAE, a Lei Orçamentária Anual – LOA, de 2011, previa um gasto de R\$ 7,9 milhões. E, quando vamos examinar a Peça Orçamentária, mais a execução da Despesa prevista de R\$ 7,9 milhões do ano passado, verificamos que efetivamente o DMAE gastou apenas – apenas! – R\$ 3,6 milhões, ou seja, menos da metade daquilo que foi previsto! Portanto, não é à toa que está faltando água em algumas regiões da nossa Cidade.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte?

A SRA. MARIA CELESTE: Com muita honra, Vereador.

O Sr. Carlos Todeschini: Ver.^a Maria Celeste, minha cara companheira de Bancada e de Partido, quero corroborar o que V. Exa. coloca neste debate. É inaceitável que nós tenhamos falta d'água. Eu vou responder ao Ver. Paulinho Rubem Berta, porque tem que ser respondido. Aliás, ele pertence ao mesmo Partido que sustenta a atual Direção do DMAE, que, para mim, é a grande responsável por promover retrocessos na Cidade, retrocessos inaceitáveis, porque o DMAE sempre foi uma autarquia modelo, que atendeu bem a Cidade, com profissionalismo e, sobretudo, tratando bem os funcionários, o que não acontece hoje, porque os melhores profissionais estão afastados, “na geladeira”, sem fazer nada – posso citar dezenas de casos. Há assédio moral como nunca se viu em lugar nenhum nessa Prefeitura. As pessoas são humilhadas, escanteadas, impedidas de realizar o trabalho para o qual prestaram concurso. Essa é a situação do DMAE que, inclusive, agora se agrava. Quero saudar também a comunidade da Ponta Grossa, que tem bastante representação aqui e que está sofrendo, Ver.^a Maria Celeste. Ontem eu estive no Chapéu do Sol, e a água está inaceitável em termos de qualidade, não dá para tomar de tão ruim que está! Isso é falta de qualidade, e, portanto, algo derivado da falta de cuidado.

Vejam só, corroborando a sua manifestação, aqui está a prova, na Peça Orçamentária do ano passado: o DMAE enviou para cá uma lei, e nós aprovamos, em que se comprometeu a investir R\$ 462.297.750,00. E quanto foi investido em melhoria do atendimento, ampliação da rede e melhoria do tratamento da água? Foram R\$ 90 mil, mais R\$ 1.000.040,00, mais R\$ 2,5 milhões, mais R\$ 139 mil. Isso não dá R\$ 4 milhões em relação aos R\$ 462 milhões, ou seja, não foi investido 1% na melhoria e na ampliação do sistema de água. É por isso que aconteceu o que aconteceu lá na Lomba do Pinheiro, na Restinga, na Extrema, na Juca Batista, em todos os bairros que estão padecendo com a falta de água. Por quê? Porque não houve investimento, porque afastaram as pessoas que pensavam, afastaram os técnicos competentes. E está aí o caso mais significativo, Ver.^a Maria Celeste: a morte daqueles dois operários que estavam fazendo uma obra de esgoto, mas os projetos não passavam mais pelo crivo dos técnicos do DMAE, foram baipassados, por quê? Porque havia esquema, e isso está denunciado na

Polícia Federal. Essa é a realidade de por que o DMAE vive essa situação. Vergonhosamente! Está completamente partidariado, lá a autarquia é formada por cada fatiazinha de um Partido, e, num todo, não se entendem; num todo, não dá retorno para a Cidade. Num todo, deixam a população sem água, seis dias sofrendo, e muitas pessoas passaram-me *e-mail*, tiveram que ir morar no hotel porque não tinha água na sua casa para higiene, para suas necessidades.

Ver.^a Maria Celeste, eu a cumprimento pela manifestação neste Grande Expediente. A situação é muito grave, inclusive, tem, sim, que ser acionado o Ministério Público de Defesa do Consumidor, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Casa, o Procon e todas as entidades, porque ser bem atendido e ter água na torneira já era uma conquista que se tinha e que, infelizmente, está se perdendo com este Governo. Obrigado.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigada, Ver. Todeschini, que foi nosso Diretor do DMAE e conhece muito bem, Ver. Brasinha, este tema que estou trazendo aqui para a discussão.

Mas o que mais me intriga e me deixa estarecida, Ver. Todeschini – e todos esses dados que o senhor trouxe são verdade, do investimento, dos programas que foram projetados –, é que o Orçamento da Cidade acaba sendo sempre uma peça de ficção, porque se coloca um grande volume de recurso e, na prática, isso não acontece quando não interessa. Quando interessa, vocês sabem – a população de Porto Alegre não sabe, mas eu vou dizer agora – o quanto foi gasto em publicidade, no DMAE, no ano de 2011? Eu tenho aqui os dados, Ver. Todeschini, foram feitos contratos pelo DMAE, no valor de R\$ 1,7 milhão, em contratos de publicidade, e foram efetivamente pagos, liquidados e pagos, porque Orçamento é uma previsão. Depois, há o pagamento, a constatação de que esse serviço foi realizado. De R\$ 1,7 milhão, foram efetivamente pagos R\$ 784 mil. Ou seja, cinco vezes mais do que o DMAE gastou para reduzir no Programa de Redução de Perdas de Água da Cidade. Dinheiro para a publicidade, no DMAE, tem; para investimento em obra, não tem.

Por isso a gente vê e lamenta profundamente cenas como a da semana passada, dos moradores da Lomba do Pinheiro, da Restinga, Aberta dos Morros, Ponta Grossa, onde as torneiras viram apenas enfeites na nossa Cidade. Algo tão caro, tão rico, tão necessário para a dignidade da pessoa humana, tão básico e já tão superado na nossa Cidade. Agora, cenas como esta retornam para o cotidiano de alguns bairros e, quem sabe, de toda a Cidade, se continuar esse ritmo de Orçamento, de investimentos e de prioridades, onde um serviço público prioriza gastar mais em publicidade do que no reforço do tratamento, do que na implementação do tratamento.

Não gastávamos mais, Ver. Brasinha, porque eu tenho aqui, também, os dados da média do investimento em água, em saneamento que nós tínhamos, por ano, nos dez anos da Administração Popular. Eu tenho aqui: a média era de R\$ 638 milhões. Por ano, R\$ 64 milhões, ou seja, 46% do investimento do DMAE era garantido para o saneamento de água da Cidade. Portanto, sobre o que eu falo aqui, eu busco também os dados do nosso Governo, o Governo anterior, porque esta é a frase que ouvimos sempre aqui: “A Frente Popular não fez nada, na Frente Popular vocês não faziam nada.” Agora, eu quero aqui reafirmar que faz oito anos, quase dez, que este Governo que está aí assumiu a Administração e tem que assumir a responsabilidade sobre as suas questões; assumir os dados do seu Orçamento. Porque os dados que eu tenho aqui estão disponibilizados na página da própria Prefeitura. Eu não invento e não tiro da minha cabeça; pego com a nossa Assessoria os dados que são publicizados pela própria Prefeitura. E é só comparar, Ver. Alceu Brasinha, pegar os dados da Frente Popular, que também estão escritos. Aliás, há uma tese de mestrado de uma cidadã de Porto Alegre sobre toda a Administração Popular, que estou lendo, e vou trazer aqui como recorte de discussão nesta Casa. Porque eu tenho ouvido muito falar: que no tempo do PT, no tempo da Frente Popular não se fazia nada na Cidade. E eu vou desconstituir esse discurso, passo a passo, assim como nós temos trabalhado, especialmente, nessa questão da água. Mais do que isso, eu quero salientar a grande dificuldade e necessidade demonstradas através do projeto Câmara na Comunidade, em que a Ver.^a Sofia Cavedon, como Presidente desta Casa, participou de 55 visitas em vilas diferentes, e me relatava que em 15 vilas ela

constatou o problema da falta de água. Nessas 15 vilas também ela constatou o problema das águas canalizadas por mangueiras, disponibilizadas por mangueiras, quer dizer, não é a rede pública, mas trazendo uma água contaminada, que as pessoas sequer podem consumir; ou quando a água é fraca, ou sem água nenhuma, como aconteceu agora nesses dias de fevereiro, dias de imenso calor, dias em que todos nós precisamos tomar mais água. Eu fico imaginando as mulheres, as crianças, especialmente os idosos, que não tinham sequer um copo de água para tomar.

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Maria Celeste, só querendo complementar um pouco da sua fala, a respeito, por exemplo, na Vila Pedreira, como a senhora falou, o cano da água é uma mangueira passando por dentro do esgoto. Isso não é admissível numa cidade como Porto Alegre. O esgoto e a água potável passam no mesmo local, e a população ali. Isso é um caso de saúde pública, porque depois vamos ter problema logo ali na frente, no posto de saúde, porque as crianças vão estar contaminadas. Na Zona Sul, na Costa Gama, recebi reclamações da comunidade que não tinha uma gota de água. A comunidade pediu que mandassem uma pipa, e os Bombeiros tiveram que levar água para aquela comunidade, com todo o calor que fazia, porque a Prefeitura não conseguiu mandar uma pipa sequer para a comunidade. Obrigada, Vereadora.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. E eu quero encaminhar verbalmente, mas acho que vamos fazer um documento, solicitando o comparecimento do Diretor do DMAE a esta Casa. Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; por favor, eu gostaria de sua atenção rapidamente. Provavelmente vamos encaminhar, mas acho oportuno que o Diretor do DMAE venha a esta Casa, em uma dessas quintas-feiras temáticas, fazer os devidos esclarecimentos, porque até agora tudo aquilo que ele combinou com a comunidade, com a população, pelo jeito não aconteceu. As notícias de jornais são de que há o empenho do DMAE para resolver o problema, mas até agora... Nós temos um pedido de audiência pública. Mas, no mínimo, o Diretor do DMAE precisa vir a esta Casa prestar os esclarecimentos aos Vereadores,

porque há muitas questões ainda que nós precisamos saber e resolver, porque o que não dá... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... para admitir é a população ficar sem água, principalmente no verão. Obrigado, Presidente. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Mauro Zacher, colegas Vereadores, cidadãos e cidadãs, ano eleitoral é assim mesmo, vejam como mudou o discurso de 2011 para 2012. O PT, realmente, agora vestiu a camiseta da oposição. É bom, é bom, está definindo bem o quadro eleitoral! Mas é uma oposição construtiva, uma oposição respeitosa! Admiro muito o PT, têm uma história linda os nossos Vereadores aqui, mas dá para ver que é um momento de angústia por que passam os nossos colegas Vereadores do PT, porque, de repente, o Governo não presta mais: até 2011, prestava; agora não presta mais.

O Sr. Elias Vidal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Marcantônio, obrigado pelo aparte que me concede. O que eu quero deixar como registro é que uma discussão tão importante, que tem que ser feita para melhorar a Cidade é feita do ponto de vista partidarizado, e isso contamina a discussão. Olhem só a incoerência: o Ver. Comassetto, que é um engenheiro, que trabalha com matemática, que tem que fazer cálculos para que um prédio ou uma marquise não caiam, diz que a água deveria estar a 70 metros de altura, quando grande parte dos encanamentos já se rompeu pela cidade. Vejam a incoerência da pessoa: quando entra o aspecto partidário, o aspecto de campanha política, contamina até o discernimento da própria pessoa. A CEEE não fornece luz, os motores não puxam água, seca o reservatório, e aí a gente joga pedra em tudo que se fez. No Partenon, alguns Vereadores, como eu, estiveram com o Prefeito quando foi construído um reservatório monstruoso, um grande reservatório que nunca tinha sido feito na Cidade – e

outros mais. Então, fica aqui o registro deste Vereador de que a gente precisa fazer as críticas com coerência e com responsabilidade.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Elias Vidal. É importante esse seu registro porque a população de Porto Alegre tem consciência das grandes ações que o Governo Fortunati vem realizando no sentido de fazer com que a nossa Cidade cresça com desenvolvimento e justiça social. E não podemos permitir que discursos que visam meramente ao interesse eleitoral contaminem essa informação e acabem distorcendo a realidade, passando uma imagem que não é a da realidade, e que os próprios Vereadores do PT que acompanham as regiões de Porto Alegre, que acompanham as ações do Prefeito Fortunati sabem que não é a realidade.

Então, é muito importante o esclarecimento do Ver. Elias para que este momento de eleição não partidarize a nossa atuação aqui na Câmara e as nossas lutas em defesa das demandas das comunidades, desinformando a população de Porto Alegre e tirando da Prefeitura os seus méritos. Méritos esses de um grande Governo, extremamente comprometido com a questão social e com melhorias concretas, não só no atendimento às comunidades de baixa renda como de toda a Cidade, com grandes obras que estão fazendo com que a nossa Capital tome o rumo, finalmente, do progresso. Nos 20 anos do Governo do PT, infelizmente, pouco se viu em termos de avanço para transformar Porto Alegre numa grande metrópole.

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Luciano Marcantônio. Eu quero agradecer à Bancada do PT, que, incontida, continua fazendo aparte antirregimental. Quero fazer um adendo à proposta da Ver.^a Maria Celeste, Presidente, para que, no dia em que vai estar aqui o nosso Secretário Presser, que está coordenando muito bem o DMAE, também esteja aqui o colega da CEEE, do Estado, que não recebe Vereador! Tento marcar com a CEEE, pelos mesmos motivos que explicitou aqui o Ver. Elias Vidal, já há dois meses e não sou recebido para discutir a

questão da água, para discutir a questão da rede provisória em alguns loteamentos irregulares; não tenho obtido resposta. Então, peço que o representante da CEEE – mas um representante que venha para dar resposta, não para nos enrolar – esteja presente neste dia.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Dr. Thiago. É importantíssimo o seu encaminhamento porque realmente há necessidade de uma participação responsável da CEEE nesse processo que envolve água para as comunidades de baixa renda. Depois vou comentar um pouco isso.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Marcantônio, eu jamais vou brincar com a necessidade das pessoas humildes que precisam de água, eu não brinco! Tenho certeza absoluta de que os Vereadores do PT jogam isso como se o Prefeito não tivesse feito nada. Jamais, jamais mesmo, vou brincar com a necessidade, a gente sabe quanto é necessária a água para um cidadão realizar seus afazeres na sua casa. E, certamente, nós também vamos cobrar do DMAE porque quem sofre é a comunidade, e nós não podemos admitir, em hipótese nenhuma, a comunidade sofrer. Não é por discurso da oposição porque a oposição sempre vai jogar contra o que está mandando, isso sempre; ela não reconhece as obras, não reconhece o Socioambiental, não reconhece o Conduto Álvaro Chaves, é sempre assim! Mas quero dizer para os senhores que, como Vereador e como cidadão de Porto Alegre, vou cobrar junto e quero ter certeza absoluta de que vocês tenham água nas suas casas.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu caro Ver. Marcantônio; o Ver. Todeschini, como sempre, quando pode agredir o DMAE, ele agride. Não deveria fazer isso porque ele foi Diretor-Geral do DMAE; deveria aconselhar e atacou, inclusive, o PPS. Então, quero dizer que, se a Câmara concordar, quinta-feira, o Diretor-Geral do DMAE estará aqui e poderá falar das obras de ampliação do sistema Belém Novo, poderá falar do consumo de água das vilas irregulares, da adutora da Juca Batista, da instalação de um quarto motor-bomba na Estação de Bombeamento

de Água Bruta de Belém Novo, da adutora de água bruta, da Estação de Bombeamento de Água Tratada da Restinga e outras coisas mais, podendo responder, sem dúvida nenhuma, àquilo que os Vereadores questionarem.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. João Dib. Essa colocação do Ver. João Dib é a prática do Governo Fortunati, ou seja, sempre que há necessidade de que a interlocução seja lá na comunidade de baixa renda, conduzida pelos Delegados, Conselheiros do Orçamento Participativo, coordenada pelo Centro Administrativo Regional, que são os CARs, para lá, na comunidade, dialogar sobre o problema, o Prefeito Fortunati determina que os Secretários estejam nos FROPs, nos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo discutindo a realidade da comunidade na comunidade e resolvendo na comunidade. É assim que sempre funcionou, e, quando o Governo tem que vir à Câmara esclarecer, vem com o maior entusiasmo e com o maior interesse porque esta Câmara é também local de interlocução. Na Câmara de Vereadores, lá na comunidade, sempre tem sido assim a rotina do Governo Fortunati: se existe problema, se dialoga e se resolve. Na questão da água que é levada para as comunidades, é importantíssima também a participação da CEEE, e eu não vou dar aqui um discurso populista, um discurso puramente partidário desqualificando e desconstituindo o trabalho da CEEE. Eu acredito que a CEEE, no momento em que também for convocada, e é importantíssimo que ela seja convocada, vai estar presente, junto com o DMAE, para buscar as melhores alternativas para a comunidade. E nós, Vereadores, temos a responsabilidade e o compromisso de construir uma agenda positiva, não uma agenda com um discurso eleitoral, partidário e sectário; é assim que esta Câmara tem pautado o seu discurso até este ano, eu espero que este ano também, para Porto Alegre continuar crescendo. Foi assim que nós construímos grandes avanços na gestão Fortunati. Espero que este ano a gente também consiga separar o interesse eleitoral do interesse da nossa Cidade. O interesse da nossa Cidade para o bem de todos, para o bem comum tem que transcender o interesse político-partidário e, principalmente, o eleitoral. Então, nós temos que ter, sim, uma agenda positiva – CEEE, DMAE –

para esclarecer esses pontos que estão colocados em dúvida e começar a resolver onde é justo socialmente.

O Sr. Engenheiro Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Ver. Marcantônio; venho, com muita honra, em nome da oposição, que o senhor citou há pouco, dizer que só estamos debatendo esse tema porque esta Casa é um Parlamento, é o local de falar sobre os problemas. Nós não temos nenhuma satisfação em trazer aqui as angústias que a população sofre, mas a região sul, o bairro Lomba do Pinheiro ficou sem água durante cinco dias, durante o carnaval. Por que isso? Nós temos certeza de que é por falta de projetos e por falta de expansão. Talvez o senhor possa trazer a informação de onde estão esses projetos e por que a direção do DEMHAB e a assessoria comunitária não foram lá atender àquela população, inclusive deixando o Prefeito em maus lençóis. Por que isso aconteceu? Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Vereador, se for necessário, se auxiliar, eu posso me comprometer a convidar o pessoal da CEEE para estar presente na quinta-feira. Estamos aí, é só nos dar um toque que nós faremos isso. (Palmas.)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Ferronato. Tenho certeza de que a CEEE vai estar presente, e esse é o papel da Câmara: buscar a interlocução para que aconteça a obra e se resolva a situação da comunidade.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu agradeço pela oportunidade que o senhor me concede. Se todos nós, na Câmara de Vereadores, os 36 Vereadores, estivermos aqui pela comunidade para tentar resolver o problema dela e não nos preocuparmos em bater um no outro, então, eu tenho certeza absoluta de que a Companhia de Energia Elétrica não se negará a estar aqui para, numa parceria com o DMAE e com a Administração de Porto Alegre, buscar formas de abastecer essas comunidades que tiveram falta de água. Esse é o caminho, e não o

caminho da agressão, o caminho que leva ao embate político porque isso não é político, isso é falta d'água que precisamos resolver na cidade de Porto Alegre. E, se o Presidente do DMAE, Flávio Presser – que é, sim, do meu Partido, do qual eu me orgulho muito –, se prontificou a estar aqui na quinta-feira, nada mais justo do que a CEEE também esteja aqui porque água não sobe sozinha a lomba; água precisa de motor, precisa de energia elétrica para subir, para poder abastecer a casa das pessoas. Se existir a parceria entre os dois, temos certeza de que a comunidade vai sair ganhando. Agora, se o embate for só político, as urnas vão dizer isso em outubro de 2012.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Ver. Paulinho, obrigado e parabéns pela sua manifestação. O Rio Grande do Sul já percebeu que o discurso e a prática têm que estar separados dos interesses partidários e eleitorais. Não dá mais para ficarmos vendo o PIB dos outros Estados crescer; ver os outros Estados atraírem muito mais do ponto de vista turístico, atraindo mais empresas, e o Rio Grande do Sul ficando para trás. É por isto que nós conquistamos o Metrô em Porto Alegre: pela sincronia entre Governo Dilma, o Governador Tarso e o Prefeito Fortunati; é por isso que nós conquistamos, finalmente, a previsão do início da obra do Caís Mauá, que estava emperrada há décadas, como tantas e tantas obras grandes que Porto Alegre aguardava, mas que não aconteciam porque se partidarizava a gestão, tornando o Governo sectário. E quem perde não são os Partidos ou os políticos, é a população. Então, chega de nós, por causa de eleição, começarmos a desconstituir o que existe de bom em um Governo e desinformar a população. Vamos ser racionais, equilibrados e estadistas na hora de sermos Parlamentares.

Se há problema no DMAE, vamos ajudar a construir; a CEEE é responsável pela falta de soluções por parte do DMAE, vamos ajudar a CEEE a construir. Vamos unir a CEEE e o DMAE, porque quem perde com essa desunião, com essa desagregação e com esse discurso partidarista e eleitoral é a população. Tenho certeza de que da parte do Governo Tarso e da CEEE, como da parte do DMAE, pelo Prefeito Fortunati, nós temos, sim, condições, de fazer uma agenda positiva e começar a preencher essas lacunas, que, pelo alerta da comunidade, necessitam de uma atuação mais forte e prioritária.

O Sr. Carlos Todeschini: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Marcantônio, só quero dizer que a minha crítica não é ao DMAE, porque esse órgão é uma excelente autarquia e tem extraordinários profissionais. A minha crítica é à Direção atual do DMAE, que faz escolhas equivocadas.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Todeschini. Acho importante esse debate, o qual permiti que fosse proporcionado durante a minha fala em Grande Expediente, porque é através desse diálogo respeitoso que podemos construir soluções para o bem de Porto Alegre.

Eu tenho certeza de que o DMAE já deve estar recebendo as informações e tem as suas informações. O DMAE nos passa que muitos desses problemas e deficiências acontecem por falta de uma melhor interlocução com a CEEE.

Hoje, foi positiva a nossa Pauta: uma agenda na Câmara de Vereadores com o DMAE, a CEEE, a Prefeitura, o Governo do Estado, promovendo essa integração para fazer uma cogestão na solução rápida desse problema que afeta as comunidades de baixa renda. Sabemos que o Governo Fortunati é um Governo plural, um Governo democrático, é um Governo que respeita a oposição. É um Governo que dialoga seus projetos para serem encaminhados pela oposição, que tem mérito em muitos projetos, e não há motivo para o Executivo desrespeitar a oposição. É um Governo que trabalha em conjunto para a melhor ideia, independente de ela ter vindo do PT, do PSOL, do DEM, ou do PP. A melhor ideia vence, assim Porto Alegre vence. Nós não podemos ficar, agora, pinçando problemas do Governo, tentando generalizá-los, fingindo para a população que o Governo não é bom. É um excelente Governo, é um Governo que fez muita habitação popular, e nunca se fez tanta habitação popular na Restinga e no Humaitá/ Farrapos – nunca! Estamos conseguindo cumprir toda a demanda do PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade. É um Governo que, com o próprio DMAE, chegará até o final do ano, a mais de 80% da água de Porto Alegre tratada, acarretando na despoluição do nosso Lago Guaíba. Então, temos que ver as coisas boas, meu Presidente. Quanto à mobilidade urbana, nunca se projetou tanto e nunca se fez tanto: a duplicação

da Av. Tronco; a duplicação da Av. Voluntários; a duplicação da Av. Beira Rio; o projeto do Aeroporto. A Estação Farrapos, do Trensurb, que já está em obras, e foi um projeto construído em conjunto – Câmara, Trensurb e o Prefeito Fortunati. Há também o Aeromóvel Centro/Zona Sul; são os BRTs, ônibus rápidos e articulados, com a reforma dos corredores e a construção de novos terminais; é a segunda passagem gratuita; são as intervenções...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores aqui presentes, temos, hoje, também, um tema que precisa ser abordado, preliminarmente. E, como Presidente da Comissão da Copa que sou, preciso falar sobre esse tema, até porque Porto Alegre ganha, e muito, com a Copa, e perderemos, todos, se algum tropeço acontecer. O Inter, lá no início da jornada, dizia e publicava que com em torno de R\$ 100 milhões faria a remodelação do Estádio do Gigante da Beira-Rio. Chegou a construtora Andrade Gutierrez e os valores quase que triplicaram. A Andrade Gutierrez fica 25 anos com o estádio, fica com toda a área *VIP* do estádio, fica com um edifício garagem, dentre outras coisas mais. E Porto Alegre conta com cinco campeonatos brasileiros, com quatro Libertadores da América, com dois clubes com títulos de Campeão Mundial de Futebol – aqui não estamos falando nem de Inter, nem de Grêmio, estamos falando da Copa do Mundo de 2014. E Porto Alegre sediará, sim, a Copa 2014! Quero chamar a atenção que agora a construtora Andrade Gutierrez tenta levar a culpa do atraso nas obras para o Banrisul! Então, essa é uma questão que precisa de uma meditação, de uma discussão de todos nós, Vereadores de Porto Alegre. Portanto, convidamos a todos, ainda não está 100% definida, mas nós pretendemos, na quinta-feira, pela manhã, promover uma reunião ampliada dos Vereadores da Comissão da Copa – convidamos todos os Vereadores desta Casa para tratar do assunto Estádio da Copa. Então,

coloquemos nas nossas agendas para que possivelmente, quinta-feira, tenhamos essa reunião. Quero aproveitar para convidar todos os presentes para estarem aqui, porque essa é uma questão de alto interesse para a cidade de Porto Alegre e para todos nós, cidadãos de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Vereador Mauro Zacher, Presidente desta Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhoras e senhores, é claro que, quando nós estamos numa época em que discutimos a Copa do Mundo aqui em Porto Alegre, onde muitos investimentos estão sendo feitos, nós não podemos conceber que, em determinadas regiões da Cidade, tenhamos problemas com falta de água, porque já dissemos outro dia aqui que a água é essencial para a vida das pessoas. Ela não é algo a mais, é algo essencial! Começa tudo pela água! Então, não se pode conceber que, numa região da Cidade, nós estejamos com problemas de falta de água. Mas, se nós estamos com falta de água e a nossa população não tem aumentado nos últimos tempos – pelo menos são os dados do IBGE –, significa que esse problema que nós temos, Ver. Ferronato, não é um problema criado agora, é um problema que já vem há algum tempo. É claro que as populações vão migrando de um local para o outro, e, de repente, esses problemas vão mudando de região para região. Mas eu recebi alguns dados que julgo importantes para serem divulgados, até porque nós temos a comunidade da Lomba do Pinheiro presente aqui. Até as Paradas 12 e 13, da Lomba do Pinheiro, quem abastece ali é a barragem da Lomba do Sabão. Então, até ali não há problema, a água está chegando com normalidade. Depois da Parada 13, o que acontece é que o abastecimento vem lá pela estação de tratamento de água de Belém Novo – e foi ali que nós tivemos problemas! Por exemplo, durante o carnaval, com a falta de energia elétrica, que acabou gerando falta de abastecimento, o que é absolutamente normal em determinadas regiões da Cidade, muito embora não devesse acontecer – mas foi o que aconteceu no carnaval.

Vejo aqui que já estão anunciadas – contrariando informações antes trazidas – obras de ampliação no Sistema Belém Novo. Na verdade, são quatro obras em planejamento naquela Estação, o que deverá suprir o problema depois da parada 13 da Lomba do Pinheiro e ainda alguns problemas que existem na Zona Sul da Cidade. Isso é importante que venha a acontecer, porque, afinal de contas, estamos falando sobre água, e água não pode ser utilizada para alguém buscar votos. Água é importante. Qualquer Partido que esteja no comando de Porto Alegre é muito importante que se esforce ao máximo, até porque o orçamento do DMAE é avantajado, para que não falte água nas diversas regiões.

Agora, não se pode, realmente, fazer manobras covardes: pegar fatos isolados, julgar um Partido político que está comandando a Cidade – e está comandando bem – e falar que o DMAE está sendo mal administrado. Não! Acho que o DMAE está sendo bem administrado, como em outras vezes. O próprio Ver. João Antonio Dib, que também já administrou o DMAE, sabe muito bem que existe um carinho muito especial por aquela autarquia. Tanto é que o orçamento do DMAE é um pouco menor do que o Orçamento de todo o Município, porque tem que se tratar bem essa água.

Então as obras de ampliação estão aí... (Som cortado por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Prezado Presidente, Mauro Zacher; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores da imprensa aqui presentes, lideranças comunitárias da região Sul, Lomba do Pinheiro, do Fórum de Entidades, que nos dão o prazer deste debate hoje. Sem dúvida nenhuma, tratarmos do bem público essencial à vida, água, é tratarmos de qualidade de vida, é tratarmos de cidadania.

Não vimos aqui como oposição fazer um discurso fácil. Nós vimos a esta tribuna hoje responder à Cidade, aquilo que é o nosso papel e que é um anseio

das comunidades: que tenham os seus serviços públicos prestados de maneira digna!

Portanto, meu prezado Ver. Marcantônio, dizer que nós estamos aqui tentando desinformar a população é um equívoco na discussão política, porque a população está bem-informada: a população sabe quando falta água, a população sabe quando faltam ônibus, a população sabe quando tem buracos na rua, muito mais do que nós que aqui estamos e não conhecemos a Cidade na sua totalidade.

Buracos sempre existiram e sempre existirão, mas buracos que consomem uma comunidade não podemos aceitar! Vejam só, dar explicações sobre a falta de um bem básico, que não está faltando uma vez... Eu pediria aos colegas Vereadores que se colocassem no lugar daquela população que está lá na periferia, na Lomba do Pinheiro, onde falta água. Há mais de um mês, grita lá uma liderança comunitária. Agora, com um calor de 40º, Ver. Tarciso Flecha Negra, chegar em casa, com crianças, com pessoas com deficiência e não ter condições de tomar um banho, não ter condições de tomar um medicamento porque não têm água?! Ver. João Antonio Dib, por favor!

E aí, dizem que há água suficiente na Cidade. É verdade! Água tem; o que está faltando são as tubulações, o que está faltando é cano, o que está faltando são as bombas, o que está faltando é projeto! É isso que está faltando! E isso nós temos que debater aqui, sim! Porque, prezado Elias Vidal, como engenheiro para lhe explicar também: a região da Hípica – o senhor não mora lá e não a conhece, mas o antigo companheiro Jair e sua família moram lá – precisa da pressão de 70 quilos por centímetro quadrado para que a água possa chegar nos lugares mais altos. Sabem quanto está a pressão lá? Está 30 quilos por centímetros quadrados. Isso significa que, se a água não tem pressão, não chega aos lugares mais altos, como naquela encosta da Restinga, naquela encosta da Aberta dos Morros, da Hípica. Inclusive, eu já disse que são vilas irregulares e com projetos aprovados pela Prefeitura! Agora, como a Prefeitura aprova um projeto cuja infraestrutura não dá condições para chegar a água até essas comunidades?

É isso que nós estamos debatendo fraternalmente aqui. Queremos debater isso para dizer que o DMAE errou. Por que ele errou e erra? Ver. João Antonio

Dib, o senhor já foi dirigente daquela autarquia e da Prefeitura, eu gostaria que nos respondesse isso. Sabe quanto tem depositado, hoje, nos caixas do DMAE, em dinheiro vivo? Trezentos milhões de reais! Isso rende R\$ 30 milhões por ano. Então, o DMAE não é uma agência bancária. O DMAE tem que fazer investimentos em projetos, e aí não tem projetos. Esse é o problema! Essa é a realidade!

E quero dizer mais, aqui nestes 20 segundos que me restam: no ano passado, o DMAE tinha R\$ 13 milhões para investir em obra de investimentos, e vocês sabem quanto ele realizou? Ele realizou um milhão, menos do que gastou em publicidade. Onde está a capacidade desta empresa que já foi líder? Assim não dá. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras; em 1975, eu voltei a Direção-

-Geral do DMAE e a água, na Lomba do Pinheiro, chegava até a quota 30, tão somente 30. Eu até improvisei um levantamento aerofotogramétrico com um avião teco-teco, e estendemos a rede morro acima. Daí, houve um crescimento na Lomba do Pinheiro, graças a Deus.

Agora, eu gosto muito dos que falam da atual Administração – da Administração Fogaça, da Administração Fortunati –, e qual foi a primeira obra que o DMAE concluiu em 2005? Não foi de asfalto. Não asfaltou nada! Mas foi a adutora de interligação do Sistema Menino Deus e Lomba do Sabão a primeira obra que o DMAE concluiu em 2005, logo depois da Administração que tinha o Cidade Viva e que gastava uma enormidade em publicidade. E só vão ali falar em publicidade! Houve uma emenda orçamentária da UAMPA, que foi aprovada, reduzindo a verba de publicidade do gabinete do Prefeito, à época, Tarso Genro; a suplementação desta verba reduzida no Orçamento foi

de 13.206%. Então, o Cidade Viva eu não esqueci, e até houve problemas sérios com o Tribunal de Contas e outros mais.

Essa obra da adutora interligando o Sistema Menino Deus e Lomba do Sabão era para garantir o abastecimento da Lomba do Pinheiro e custou R\$ 2.343.000,00 isso em 2005, para atender 48 mil habitantes. Agora, não funciona – e aí falaram em bombeamento da água – se não houver energia elétrica, e a falta de energia elétrica compromete todo o Sistema. Eu ontem ouvia no rádio que não entendiam que, depois de reparos feitos na rede, se não me engano em Novo Hamburgo, demoraria algumas horas para chegar água ao final de rede, porque todo mundo começa a captar água assim que retorna. Quando há problema de falta da água, o Sistema todo se envolve por falta de energia elétrica. E falta muito energia elétrica! E eu não estou dizendo nada de mais, porque a CEEE vai receber R\$ 4 bilhões e vai aplicar na ampliação de rede; a CEEE está preocupada, eu não tenho crítica – mas que falta, falta, e ninguém pode dizer o contrário.

Por outro lado, dizer que tem R\$ 300 milhões no cofre, olha, é muito bom o PT pensar que assim ocorre, porque, quando dirigiam esta Cidade, no dia 30 de setembro de 2004, o PT tinha, em CDBs, nos bancos da Cidade, R\$ 100 milhões, e terminou o ano, quando a arrecadação é maior, com um déficit de R\$ 175 milhões para o Fogaça pagar. Agora, isso eles não falam. Não falam! Ninguém seguraria R\$ 300 milhões. O PT estava acostumado a fazer. Quando instituíram o SUS, receberam o dinheiro e teriam que passar para os hospitais. Nós fomos procurados na Câmara porque o dinheiro não chegava nos hospitais. Aí, o ex-Governador Jair Soares e o Eliseu Santos eram Vereadores aqui, ligamos para Brasília, e informaram que o dinheiro já estava aqui há um mês. Mas estava aplicado em CDB e, no outro dia, quando denunciemos, foi entregue aos hospitais. Portanto, isso é coisa deles. Nós não guardamos dinheiro: nós fazemos obras. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Mauro Zacher, Presidente da Casa; Vereadoras e Vereadores, público que nos dá honra da presença, o debate de hoje é extremamente produtivo e, obviamente, não é perfeito. Não é perfeito no dado em que fica um jogo de empurra: falta água porque não há gestão competente, mas a gestão não pode ser competente porque falta luz. Essa parte, Vereadores Sofia Cavedon, Comassetto, João Dib, Todeschini, é a parte ruim do debate: o jogo de empurra.

A parte boa do debate é porque, quanto a essa tragédia social que vivem inúmeros moradores da nossa Capital, hoje representados aqui pela Associação Santa Filomena, pelos moradores da Lomba, companheiras e companheiros – eu falava há pouco com o João sobre este tema –, nós, Fernanda Melchionna, temos uma posição muito crítica sobre isso no seu conjunto, porque o cuidado com a questão da água envolve também uma visão de classe. Com relação aos pobres – seja a água, seja a saúde, seja a luz, a energia elétrica, seja o que for, seja a segurança –, é sempre secundarizado. Sempre! Não é de agora, é sempre secundarizado. Nós vivemos este momento trágico agora, porque a água tem uma relação direta com a vida e com a saúde das pessoas. Falta água, Ver. Tarciso, falta saneamento, falta higiene, falta bem-estar, falta qualidade de vida, falta saúde e, acima de tudo, sobra desconsideração. Sobra desconsideração. Eu queria ver se faltasse água por 5 horas no bairro Moinhos de Vento, meu caro João, se não iria parar esta Cidade; se fosse nas Três Figueiras, se não iria parar esta Cidade; se fosse no Bom Fim, se não iria parar esta Cidade – ali não falta água. Ali nunca falta nada! Não falta água, não falta saúde, não falta segurança, não falta nada. Há uma questão de classe, ou seja, há uma opção contra os pobres. Permanente. Sistemática. Cruel. E ela continua existindo agora, de uma maneira que atinge a todos nós que temos, de uma forma ou outra, compromisso com mudanças sociais.

A questão da água neste momento é insuportável, é insustentável! Na quinta-feira, que eu espero que seja na próxima, Presidente, nós precisamos não só de explicação da Direção do DMAE; nós queremos uma solução para quinta-feira, e pode envolver a responsabilização da CEEE, sim. Talvez seja esse o caso, sim. Mas quer-se uma solução. E era neste sentido que eu e a Ver.^a

Fernanda Melchionna debatíamos: vinda para dar explicações é muito pouco. Ela é necessária, mas é muito pouco. Quem tem sede e quem precisa da água em casa não vai se contentar com as explicações e nem pode. Nós precisamos de soluções, responsabilizações, sim. Existe a questão da CEEE? Vamos colocar em pauta, vamos trazer a CEEE, vamos responsabilizá-la! Mas, no direto, na caneta, na decisão, é o DMAE, que tem de vir, explicar-se e imediatamente apresentar soluções!

Já basta que tivemos uma derrota, aqui na Câmara, quando propusemos que não mais...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que não mais se permitisse que inúmeras áreas fossem compradas por empresas interessadas no plantio de eucaliptos para a celulose. Árvores, João, que consomem, na sua primeira etapa, 15 litros de água por dia, um pé, e 45 litros de água/dia na sua maturação. E há áreas reservadas em Porto Alegre para o plantio desse tipo de árvore para a celulose. Perdemos aqui na Câmara, voltaremos ao debate este ano. Já basta que passamos por isso!

Neste momento, o que nós não podemos aceitar, Ver. Beto Moesch, em hipótese nenhuma, é que essa população inteira, representada, hoje, pelos companheiros e companheiras da Santa Filomena, continuem sem o direito humano que a água representa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Presidente, senhores e senhoras, agradeço à minha Bancada, especialmente ao Líder Comassetto, por poder falar no tempo do Partido dos Trabalhadores. Acho que não dá nem para considerar o enquadramento que tenta fazer aqui o Ver. Luciano Marcantônio sobre o debate que estamos fazendo, porque não é sério, quanto ao drama de quem vive sem água, dizer que esta é uma disputa meramente político-partidária. E não é sério quanto à gestão que vários Vereadores fizemos, durante todo o ano passado, quando andamos na comunidade toda quinta e

sexta-feira, junto a assessores e assessoras, levando o Governo aonde o drama da água apareceu. Então, não é um problema agudo só de agora – lá na Lomba, seriíssimo, faltou água todos esses dias –, é um problema crônico, é um problema de omissão gravíssimo deste Governo Municipal. Porque não se nega água nem na Bíblia, Ver. João Dib. Água é um bem, é direito de todos, e esta cidade, capital do Estado do Rio Grande do Sul, que já teve os melhores indicadores de qualidade de vida, tem muitas comunidades bebendo água podre, água que passa no esgoto.

E é muito grave, diante disso, que o DMAE gaste mais em publicidade do que em investimentos. É gravíssimo isso, Ver. Carlos Todeschini, meu Líder: R\$ 1,7 milhão, em 2011, gasto em publicidade enquanto que liquidou R\$ 1 milhão em investimentos. Quase dois milhões em publicidade o DMAE gastou no ano de 2011; e pouco mais de um milhão, em investimentos em água, Ver. Alceu Brasinha. Será isso está sendo impedido por uma ligação de luz? Eu não acredito, porque há muitas comunidades organizadas; há cooperativa, na Lomba do Pinheiro, que se dispõe a pagar a água e que não consegue o serviço do DMAE para que a água limpa chegue até lá. O DMAE, que sempre foi o órgão “primo rico” desta Cidade, da Prefeitura de Porto Alegre – como colega e professora, sei disso. O responsável pelo maior percentual de investimentos na cidade de Porto Alegre sempre foi o DMAE, e o que está acontecendo com o nosso órgão essencial para a dignidade das pessoas?

Então, não dá, Ver. Luciano Marcantônio, para tratar assim. É muito importante e muito positivo que esteja agendada a presença do Diretor do DMAE para quinta-feira, porque nós vamos cobrar, uma a uma, para as comunidades que ainda esperam pelo acesso à água. O Ver. Luciano Marcantônio traz aqui as comunidades do Humaitá e do Programa Integrado Entrada da Cidade, o PIEC. É vergonhoso que, em 2004, esse programa tinha iniciado a construção de moradias populares na entrada da cidade, como o Loteamento Santa Terezinha, com recursos do Fonplata. Esse programa ficou oito anos parado, e o Ver. Luciano Marcantônio anunciava que, em um mês, talvez, a licitação aconteça para a limpeza de um terreno para a continuidade do PIEC. Isso é vergonhoso, e essas comunidades todas, Ver. Luciano Marcantônio, estão pingando água em mangueiras de jardim, correndo no chão, no lodo, no lixo, e

nós temos foto disso. Temos testemunha das lideranças, inclusive da Élide, uma valorosa liderança que faleceu no ano passado, lutando pela liberdade de verdade da sua vila. Porque a sua Vila Liberdade, de 500, 600 pessoas, bebe água de mangueira, quando essa água chega, e não toma banho quente nos invernos gelados deste Estado. Não toma banho quente! Não tem como higienizar alimentos, e nós assistimos a isso. Não tem como limpar a roupa das crianças, não tem como manter um alimento limpo e servir uma família. Esse é o drama das quatro vilas ao redor da Arena do Grêmio. Dinheiro que desde 2004 esta Prefeitura de Porto Alegre já tinha para fazer os investimentos na entrada da Cidade. Então não é disputa político-partidária, quando um órgão gasta muito mais em propaganda e não serve água limpa, que é direito da população de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente. Ver. Sofia, por quem tenho o maior respeito, ouvi atentamente as suas manifestações e é importante prestar alguns esclarecimentos para a população de Porto Alegre. Primeiro, gostaria de reforçar que o PT continua num movimento focado na eleição. Não estão em uma linha de construção, porque o Fonplata, que foi construído na gestão do PT, um projeto muito bom que iniciou o processo de urbanização dos bairros Farrapos e Humaitá, agora, na gestão Fortunati, foi dado um prosseguimento que vai corrigir as lacunas que esse processo, que foi construído no Governo PT, deixou para trás. E uma das lacunas mais importantes, que é onde eu estava hoje de manhã, é exatamente a construção do Loteamento da Vila Liberdade, que é uma demanda de mais de 30 anos. E, infelizmente, nos 20 anos da gestão do PT eles deixaram a Vila Liberdade, entre o loteamento Mário Quintana, que foi um dos primeiros construídos pelo PT, apesar de ter sido extremamente precária, precaríssima, a obra realizada lá, é um dos piores loteamentos construídos na história do DEMHAB, mas foi importante, permitiu uma moradia digna para aqueles cidadãos que moravam

na antiga Vila Areia. Construíram o loteamento Mário Quintana, esqueceram da Vila Liberdade e construíram a Pampa. Não sei por que esqueceram da Liberdade, ficou no meio, entre a Pampa e a Tecnológica, esquecerem a Liberdade, e construíram a Mário Quintana. E ficaram lá trinta anos! Retomando o projeto com responsabilidade, com competência, a Gestão Fortunati anunciou não só a licitação do estudo do solo, que o PT deveria ter feito no loteamento Mário Quintana para evitar as rachaduras que agora acontecem lá, e que o DEMHAB estava corrigindo já que o DNIT, Governo Federal, Dilma, não fez. A Gestão Fortunati, o DEMHAB, a Defesa Civil estavam lá hoje de manhã visitando as casas do loteamento Mário Quintana, corrigindo as rachaduras ocasionadas não pela obra da Arena, mas, sim, pela obra do viaduto que está sendo construído ao lado. Não tem nada a ver as rachaduras com a obra da Arena! As rachaduras são responsabilidade da obra do DNIT, e o DNIT reconhece isso. Não tem nada a ver com a obra da Arena. E as rachaduras do loteamento Mário Quintana são da obra do DEMHAB, mal feita na época. É só ir lá para ver as casinhas da Mário Quintana e ver depois como são as da Progresso, da Tecnológica, da Pampa, é outra qualidade! Então, Ver.^a Sofia, a obra da Vila Liberdade, que o PT esqueceu, e eu não sei por que deixou de fazer, entre a Mário Quintana e a Tecnológica, o Prefeito Fortunati vai fazer! E não é só a licitação do estudo do solo da Vila Liberdade, é de todas as áreas da região para que não se atrasem mais obras habitacionais, e se cumpra na íntegra o contrato do Fonplata. Está prestes a ser inaugurada completamente a obra do loteamento Nossa Senhora da Paz; está prestes a ser iniciada a obra da Vila J. Renner; e o DEMHAB garante que antes de julho inicia a obra da Vila Liberdade. Fora o loteamento Barcelona, que será uma das maiores obras habitacionais dos Bairros Farrapos e Humaitá; conquista do Orçamento Participativo! A Lourimar, assim como a Elida que faleceu, lutando pelo loteamento, e não foi uma luta em vão, uma luta que vai se consagrar agora com essa obra importante que a Elida lutou e conquistou. Não somente a Vila Liberdade, outro loteamento aguardado há mais de dez anos e demandada no Orçamento Participativo a compra da área, também vai acontecer. Já foi licitado o estudo do solo, tem gás metano embaixo! O Prefeito Fortunati, respeitando a compra da área pelo DEMHAB, na época dirigido pelo Ver. Nelcir

Tessaro, que atendeu a demanda do OP, atendeu a demanda do Movimento Barcelona, movimento histórico do Bairro Humaitá, não só vai construir no Bairro Humaitá, ao lado dos empreendimentos de classes média e alta da Rossi, ou seja, não se está colocando pessoa de baixa renda para morar longe. Tanto que se está mantendo o local que foi comprado como vai se gastar, com o dinheiro da Prefeitura, R\$ 2 milhões na limpeza do gás metano que tem embaixo, respeitando a demanda do Orçamento Participativo onde a área foi comprada e não foi feito o estudo antes da compra. Então se faz muito em Porto Alegre para as comunidades de baixa renda; se fez muito no Governo PT, e se faz muito no Governo Fogaça e no Governo Fortunati. Agora não podemos partir para este processo de achar que não está se fazendo nada bom agora em Porto Alegre, no ano de 2012, só isso que eu registrei aqui. E a maioria das falas do Vereador fala em nós trabalharmos de forma integrada pensando no bem comum, despartidarizando e tirando de lado o tema da eleição quando tratarmos da angústia do cidadão. A angústia do cidadão, do morador de baixa renda que são demandadas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Nós, oposição, queremos entregar a V. Exa. um Pedido de Informações para que encaminhe ao DMAE, para dirimir a dúvida se há os 300 milhões em caixa ou não, e quais os projetos que estão prontos para serem aplicados neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Comassetto, recebo o documento, mas V. Exa. terá que se dirigir ao Protocolo.

O Ver. Nilo Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NILO SANTOS: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, parece-me que nesta tarde, Ver. Luciano Marcantônio, se inicia a corrida a Prefeitura. A água é algo que não tem nem o que discutir, eu quero pedir ao Fornari, representante do DMAE

nesta Casa, pedido do nosso Partido, do Ver. DJ Cassiá, nosso Líder, do Ver. Brasinha, do Ver. Elói Guimarães e deste Vereador, já que recebemos informações quais obras serão realizadas, é que essas obras sejam realmente aceleradas e possam ocorrer. A parcela da Prefeitura é fazer as obras num tempo mínimo. Vejo que um dos problemas, Ver. Comassetto, pela falta de água é também pelas ocupações que temos dentro da nossa Cidade. Nós temos Vereadores que promovem ocupações, que promovem invasões! Tenho denúncia de um desembargador dizendo que o próprio Ver. Comassetto incentivou uma ocupação na Ponta Grossa. Isso está documentado com fotografias e tudo o mais, e será repassada a esta Casa essa informação do desembargador, que conseguiu fotografar assessoria, que conseguiu pegar placas de veículos. E tem gente, que hoje está na área ocupada, Ver. DJ Cassiá, que testemunha que foi incentivada por Vereador a ocupar a área, que fica no meio de um banhado – o Ver. Comassetto sabe bem quem é.

Quero dizer também ao Ver. Todeschini que, no tempo em que ele era diretor do DMAE, aqui no Campo Novo, grudadinho na Vila Nova, na Zona Sul de Porto Alegre, pertinho, pertinho, a água era distribuída por pipa. Quem era o Diretor do DMAE? O Ver. Todeschini, gente que, no tempo em que tinha o poder na mão, não resolveu, e agora banca o santinho, o defensor da comunidade, só que naquela época não cuidava do povo como deveria cuidar; preocupava-se com outras coisas! É claro que se têm que fazer as obras, e esta é a diferença deste Governo: este Governo não se esconde e também não acha que é o melhor do mundo. Tem gente que assume o Governo e depois acha que é o melhor do mundo. O Ver. Todeschini não foi o melhor diretor do DMAE que já existiu na História, tanto que aqui no Campo Novo a água era servida por pipa para as pessoas. Então, vamos com calma. Tem que fazer as obras, Fornari? Claro que tem que fazer, vamos acelerar o processo; se depender desta Casa, nós vamos agilizar ao máximo para que essas obras ocorram imediatamente para que as pessoas recebam água nas suas casas, que o mínimo direito que as pessoas têm é o de receber água e habitação.

Ver. Mario Manfro, quando as pessoas vêm a esta tribuna fazer discurso, têm uma facilidade incrível para bater em quem está governando. Claro que é uma facilidade incrível, só que – já vou avisando – quem promove ocupação de

área, invasão de área, quem promove isso, pertencendo a este Legislativo, deve ser penalizado, porque é inadmissível, senhoras e senhores, que alguém que tenha mandato jogue pessoas no meio do banhado, Ver. DJ Cassiá, dizendo: “Vocês ocupem lá, porque daí o Prefeito vai se obrigar a dar casa para vocês”. Sabendo que não funciona assim, usando as pessoas como massa de manobra para ganhar meia dúzia de votos. Só que se deu mal, porque ocupou uma área em frente à casa de um desembargador que está indignado, registrou tudo, tem até foto aérea de Vereador entrando e saindo, de assessor entrando e saindo, e testemunho de pessoas dizendo: “Eu vim para cá, porque o Vereador mandou eu vir para cá, porque disse que eu vou ganhar casa depois”.

Já vou avisando também que eu não tenho medo de entrar nesses lugares. Há uma família que me mandou um torpedo, dizendo que está lá, e quer, sim, confessar algumas coisas. Amanhã, à tarde, sairei da CUTTAB e irei lá, porque essa família foi iludida por um Vereador que disse que, se elas invadissem lá, o Prefeito daria casa.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. NILO SANTOS: Sr. Presidente, estamos tratando do quê?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Presidente está garantindo a palavra para o Vereador. Peço que as pessoas, nas galerias, respeitem o direito do Vereador.

O SR. NILO SANTOS: Eu não trouxe advogados para me defenderem, nem trouxe assessoria para o plenário também para me defender, porque aqui cada um pode falar, nesta tribuna, sobre o que sabe e sobre o que pensa, é livre para falar aqui.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. NILO SANTOS: Há provas, podem ter certeza de que vai dar comissão de ética nesta Casa. Ver. Cecchim, vai dar comissão de ética, porque há fotos e testemunhos de pessoas. Olha que nós vamos ter que trazer isso para a própria CUTHAB, Ver. Paulinho Rubem Berta, porque se virar moda essa questão de Vereadores aqui promoverem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Pelo Espelho, ainda temos o Período de Comunicações, o qual sugiro que seja transferido para entrarmos imediatamente na Ordem do Dia, mas não podemos esquecer que temos ainda hoje o Período de Comunicações. Eu sou um dos inscritos para falar em Comunicações, por isso me sinto à vontade para sugerir a sua transferência para o próximo dia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Depois da fala do Ver. Tarciso, farei a consulta sobre o seu Requerimento.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e a todos que nos assistem na Ponta Grossa, Chapéu do Sol, Lomba do Pinheiro, bairros onde convivo com as crianças. Acho que luz, água e saúde são direitos de todos, que somos iguais perante a lei, e são obrigações do Governo.

Presidente, quero falar de outra coisa muito importante, que ocorreu hoje. Apesar da tristeza pelo nosso time não ter se classificado para buscar o título, houve uma alegria muito grande no meu coração, hoje pela manhã, quando fomos até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Moradas da Hípica, e o Prefeito deu início ao primeiro dia letivo. Na ocasião, foi dado um *kit* escolar. Esse *kit* escolar, pelo qual tanto lutei, foi um golaço. Acho que o *kit* escolar foi o gol mais bonito que eu fiz na minha vida, dentro e fora do futebol, por quê?

Para que todas essas crianças tenham acesso à escola, à educação, para que, no futuro, possamos formar grandes cidadãos nessa nossa Cidade tão maravilhosa, Porto Alegre, que pode ficar muito mais bonita ainda, justamente dando dignidade para todo povo de Porto Alegre, nas vilas, nas ilhas. Tudo isso aí nós temos que ver.

Nós somos Vereadores, Pedro Ruas, não só de um bairro; somos Vereadores de Porto Alegre, para lutar por essas famílias de todos os bairros que têm dificuldade com energia elétrica, com postos de saúde, com água. Eu acredito nisso. Enquanto eu estiver nesse mandato de Vereador, até o dia 31 de dezembro, todo mundo sabe que a minha luta, a minha bandeira é a da inclusão social da criança, através do esporte e da educação, para formação do cidadão. Essa é a minha luta, essa é a minha briga. É claro que a gente tem uma Bancada, mas o meu voto vai ser sempre para essas famílias, para essa bandeira. A bandeira é a educação para essas crianças que merecem, para a formação de grandes cidadãos que a gente quer dentro de Porto Alegre. E quero parabenizar o Prefeito José Fortunati que anunciou – e coisas boas devem ser ditas – que todas as quadras dos colégios municipais serão cobertas. Que maravilha! A primeira já está lá. Por quê? Há cinco anos, eu venho batendo nesta tecla: as quadras cobertas são para a saúde dos nossos filhos, das nossas crianças, dos jovens. Os raios solares, hoje, estão entrando direto, favorecendo o câncer de pele. Então, nós estamos cuidando da educação, do esporte e da saúde dessas crianças. Eu quero dar, aqui, os parabéns ao Prefeito por esta iniciativa tão maravilhosa, e buscar, sim, para a Ponta Grossa, Chapéu do Sol, onde eu convivo há oito anos, principalmente no Chapéu do Sol e na Ponta Grossa, buscar dignidade para todos, mostrando a solução, já que teremos a Copa do Mundo em 2014. Não vamos esconder Porto Alegre como a África fez, escondendo sua parte pobre e mostrando a África rica. Vamos mostrar Porto Alegre como um todo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos visitam, hoje, do Fórum de Entidades, militantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, comunidade da Lomba do Pinheiro que vem, aqui, reivindicar o atendimento e o fornecimento regular da água na sua comunidade, o meu assunto, hoje, aproveitando a presença do nosso Secretário e colega Ver. Márcio Bins Ely... Como nós, logo em seguida, vamos entrar na Ordem do Dia, em que nós temos o Projeto de Lei do Executivo que trata do Impacto de Vizinhança, eu apresentei aqui uma Emenda, a pedido do Fórum de Entidades que suprime o § 2º, do art. 8º. E, na nossa opinião, na verdade, é um artigo que, se não for suprimido do texto legal, entregará à Secretaria Municipal de Planejamento a possibilidade de não realizar, não exigir o Estudo de Impacto de Vizinhança, quando achar que o EVU – e tiver a concordância do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – pode substituir o EIV. Ora, esse artigo, na nossa opinião, Ver. Tessaro, na verdade, elimina todo o Projeto de Lei, todo o esforço que o Projeto de Lei faz, todo o esforço que os técnicos da Prefeitura, que a comunidade, que os envolvidos no desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade, militantes, ativistas sociais, os engenheiros, os arquitetos, os ecologistas, os ambientalistas fizeram com o próprio Executivo Municipal para construir o Projeto de Lei. Se esse artigo for aprovado, quando desejar, a Secretaria do Planejamento, ou a Prefeitura, através dessa Secretaria, pode desistir ou abrir mão do EIV. Ou seja, abrir mão de todo o texto legal. Então, apresentei a Emenda, Ver. Pujol, no sentido de suprimir o § 2º, do art. 8º. E peço a compreensão dos meus Pares, Vereadores e Vereadoras, e a atenção para a aprovação dessa Emenda, porque, se nós aprovarmos o texto como está, nós teremos um artigo que derruba o Projeto todo quando do interesse do Executivo ou dos técnicos da Secretaria de Planejamento. Então, nesse sentido apresentei Emenda que suprime o § 2º, do art. 8º, Ver. João Antonio Dib. E conto com a sua compreensão, a sua liderança, e, mais do que isso, com a sua consciência pública para que possamos aprovar a Emenda e que o Executivo tenha aí a possibilidade de corrigir esse equívoco que faz parte do texto que remeteu à Câmara de Vereadores. Esse era o objetivo, Ver. Pujol, sei que V. Exa. é um militante dessa área. Não tem sentido aprovarmos uma lei,

Ver.^a Sofia, e, num artigo dessa lei, darmos a possibilidade de o Executivo abrir mão da própria lei. Então, há aqui uma incoerência muito grande e, mais do que isso, há uma desistência de todo o Projeto que implanta o Estudo de Impacto de Vizinhança na cidade de Porto Alegre. Muito Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (16h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o PLCE nº 003/11. (Pausa.)

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, sei muito bem da importância da votação do EIV, mas há um Projeto de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo que as Lideranças concordam em não discutir nem encaminhar, a respeito de uma homenagem aos escoteiros do Brasil. Assim, não há problema nenhum se for colocado em votação em primeiro lugar, parece que há concordância.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: É uma homenagem ao Colégio Militar, só para fazer esse reparo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): V. Exa. pede a antecipação...

(Manifestação da Ver.^a Maria Celeste fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Maria Celeste, eu apenas atendi a uma questão do Ver. João Dib, mas já abrimos o período de votação.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro, eu também entendo que tínhamos iniciado o processo de votação do EIV, só que o Ver. Bernardino agora troca o Projeto. Se for esse Projeto de reserva de área para uma homenagem no Parque Marinha, Ver. Bernardino, acho que não dá para colocar antes, porque

aí pode ser passível de discussão. A não ser que V. Exa. explique bem qual é o Projeto, eu gostaria de que nós mantivéssemos o EIV, pois temos expectativa, e a comunidade está aqui acompanhando o debate.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Certo, está mantido.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, eu acabei de pedir que não fosse esse Projeto, há um equívoco; é o Projeto sobre uma homenagem ao Colégio Militar. E mais ainda: a Comissão da qual a Vereadora faz parte – e não é a Vereadora, foi um outro Vereador – ficou com esse Projeto desde novembro, e nós precisamos fazer essa homenagem daqui a 15 dias. Há necessidade de se aprovar isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): V. Exa. tem razão, o fato é que já iniciamos o período de votação.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, estou informado de que, na reunião de Lideranças de hoje, foi tornado público que existem cinco destaques na proposta do Estudo de Impacto de Vizinhança. Foi anunciado que seriam encaminhados o Projeto e as Emendas não destacadas. A pergunta é a seguinte: se discutem os destaques antes ou após a votação do Projeto? Se for antes, eu acho que, primeiramente, nós temos que discutir destaque por destaque.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Pujol, os destaques vêm antes.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, como são cinco destaques apenas, eu solicito que seja lida a Emenda destacada porque não creio que os Vereadores estejam com o conjunto das Emendas à mão.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu gostaria de que a gente pudesse, com muita tranquilidade, fazer uma reflexão sobre essa Emenda. Em primeiro lugar, ela é uma emenda oriunda do Fórum de Entidades da Câmara de Vereadores. Um trabalho zeloso, cuidadoso, de reflexão, de estudo do Projeto que o Governo encaminhou a esta Casa. É muito importante, porque essas entidades foram as grandes propulsoras da vinda desse Projeto para a Câmara de Vereadores. Está aqui o nosso Secretário do Planejamento, que sabe o quanto elas lutaram dentro do Conselho do Plano Diretor, fazendo debate, aprovando o texto do Projeto que veio para cá, claro que com várias considerações colocadas. Nós, o ano passado, recuperamos a Ata da reunião do Plano Diretor em que o Conselho do Plano Diretor ponderava o tema de que o EIV não poderia ser simplesmente substituído, deixar de ser realizado em função de outro instrumento que já existisse porque, senão, voltaríamos à atual situação. E é isso que este parágrafo pode significar se nós não o retirarmos. Então, é uma Emenda para a qual nós estamos emprestando a autoria; vários Vereadores, o Ver. Toni, como Líder; várias outras Emendas oriundas desse estudo do Fórum de Entidades estão sendo assinadas pelas Lideranças de Bancada desta Casa, de vários Partidos. Eu quero aqui parabenizar o Fórum de Entidades, a sociedade civil, que luta muito para que a Cidade cresça de forma harmônica, principalmente não agredindo a população, os moradores do entorno; também que, quando se aprovar um projeto, de fato se discuta o impacto anteriormente, mas não apenas o impacto ambiental, vamos dizer, de árvores que vão ser derrubadas ou não, ou as influências na manutenção do equilíbrio da fauna e da flora, mas que se considere o ser humano no seu hábitat, com o seu direito ao sol, à circulação, ao saneamento básico, à paisagem em si, porque a paisagem também é direito do cidadão. Então, o instrumento EIV vem para cá, Secretário, e nós queremos celebrar isso com o Governo Municipal, acho que

isso é corajoso. Acho que foi corajoso o fato de nós colocarmos este assunto na revisão do Plano Diretor. O Ver. Comassetto foi um dos autores de emendas sobre Estudo de Impacto de Vizinhança – previsto no Estatuto da Cidade –, que é um instrumento através do qual a cidadania pode interferir na mediação e na aplicação do Plano Diretor, preservando direitos. Então, esse § 2º prevê que um EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística – poderá substituir o EIV, desde que o Governo e o Conselho do Plano assim entendam, zerando uma conquista maravilhosa, que é a de ter esse instrumento na mão da cidadania. A ideia não é burocratizar. O Secretário me disse: “Não! É para situações de urgência”; mas se há uma situação de urgência, encurta-se o prazo, realiza-se um EIV mais brevemente. Não se precisa abrir mão do EIV, sabendo que o EVU – e aí parabênzo as entidades que fizeram um documento e o entregaram a todos os Vereadores – é um parecer mais técnico, que é aplicado até hoje, apesar de não ter resolvido os problemas de impacto real que estão acontecendo na cidade de Porto Alegre, nessa transformação que a Cidade está vivendo em função do antigo e do atual Plano Diretor. Então, o EVU não é suficiente, não garante a escuta da cidadania, não garante aspectos de paisagem e de direito à qualidade de vida que o EIV vem incorporar, e que estão previstos no Estatuto da Cidade. Esta é a reflexão que queremos fazer com Vossas Excelências; essa supressão nos parece estratégica, deixa com substância um Projeto que será um marco na cidade de Porto Alegre, Secretário, e que V. Exa. poderá comemorar junto com a população, que lutou tanto por ele. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Saúdo a presença do Secretário de Planejamento, Ver. Márcio Bins Ely, que vem acompanhar a votação do EIV.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, o que propõe a Emenda firmada pela Ver.^a Sofia Cavedon e pelo nosso querido amigo Ver. Toni Proença é a retirada, a supressão do § 2º do art. 8º.

É bom que fique bem claro o que está escrito nesse art. 8º para que, evidentemente, o debate e o entendimento possam ser o mais claros e precisos possível. Diz o § 2º – e peço a atenção de todos (Lê.): “O órgão responsável pela aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança poderá dispensar a sua realização, motivadamente, desde que demonstrado que a avaliação dos seus impactos possa ser realizada através do Estudo de Viabilidade Urbanística, com anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental”.

A leitura feita com as ênfases necessárias diz que não se trata de uma norma de caráter impositivo: trata-se – aqui está escrito – de uma possibilidade, Ver. Raul, que poderá ser utilizada de forma motivada – e olhem bem: com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, onde tem assento entidades governamentais, entidades de classe e entidades comunitárias, enfim, a sociedade e o Governo.

Por isso, eu quero, Ver. Toni Proença, dizer que não o acompanho no raciocínio segundo o qual a manutenção desse dispositivo virá prejudicar o Estudo de Impacto de Vizinhança de tal sorte que ele fique inócuo em inúmeras possibilidades aqui aventadas, e em algumas dessas, num pequeno empreendimento, numa situação específica de interesse cultural, de interesse ambiental, o Estudo de Impacto Urbanístico poderá suprir essa necessidade, e, nessas ocasiões, os técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal poderão recomendar, motivadamente, a aplicação desse permissivo, e, evidentemente, não ficará decidido somente com isso, precisará que o Conselho Municipal do Meio Ambiente aquiesça, concorde com isso, autorize essa situação.

Então, honestamente, não vejo essa calamidade que se quer colocar nesta disposição do Projeto originário do Governo. O Governo propôs claramente com essa redação, Ver. Luiz Braz, e por isso a Emenda nº 05 tem a nossa posição contrária, porque nós somos favoráveis, pelas razões que estamos colocando, à manutenção do texto originário, ou seja, a proposta do Governo. Nós não podemos, apenas porque o Governo escreveu de uma forma, querer

que seja diferente. O Governo, com muita frequência, acerta, inclusive acertou enviando para a Casa este Projeto, gerando este debate, esta discussão, para que estabeleçamos qual o melhor caminho. No caso concreto, que envolve a Emenda nº 05, afirmo, de forma categórica, sem nenhum temor, que o melhor caminho está escrito no Projeto do Governo, e por isso entendo que a Casa tem que ser contrária à aprovação da Emenda nº 05. Por isso recomendo o voto “não”.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Toni Proença está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, anteriormente, usei o período de Liderança do Pátria Livre para tratar deste assunto. Como o Ver. Pujol recomenda o voto “não” à Emenda, em nome das comunidades representadas pelo Fórum de Entidades da sociedade civil, volto à tribuna porque, na verdade, ao se dispensar o Estudo de Impacto de Vizinha, por haver já o Estudo de Viabilidade Urbana, mesmo com a anuência do Conselho do Plano Diretor – que nós sabemos que tem a maioria do Governo e dos empreendedores da Cidade, e não da sociedade civil –, o que acontece é que o Estudo de Viabilidade Urbana trata do empreendimento e não do impacto que esse empreendimento tem na vizinhança.

Na verdade, quando se abre mão do Estudo de Impacto de Vizinha por já ter o EVU, está-se trocando a possibilidade de haver a manifestação da comunidade sobre o impacto que esse empreendimento terá na vizinhança. Enquanto que o Estudo de Viabilidade Urbana, Ver. Todeschini, trata do empreendimento em si, se há a viabilidade urbana de autorizar, licenciar aquele empreendimento. Pois bem, há a viabilidade urbana, como muitos que nós conhecemos em Porto Alegre, mas tem um impacto negativo na vizinhança, e é disso que o Estudo de Impacto de Vizinha trata. Por isso, a proposta de suprimir esse artigo, para não se dar ao Executivo, mesmo com a anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que se sabe tem a maioria pró-Governo, a possibilidade de não efetuar esse estudo. Que fosse

feito rapidamente, como argumentam o Ver. Pujol e o Secretário, de que, em casos emergenciais, essenciais, o Governo poderia abrir mão.

Ora, isto é muito subjetivo. De repente, o Governo terá somente casos especiais e emergenciais a todo o momento, basta que o Impacto de Vizinhança seja negativo, que a sociedade se mobilize, e aí vamos lá usar o § 2º, do art. 8º, que nos dá a chance de aprovar sem o Estudo de Impacto de Vizinhança.

Portanto, discordo do Ver. Pujol. Este parágrafo realmente zera o Estudo de Impacto de Vizinhança, e ele é nocivo ao Projeto, que, aliás, corajosamente, o Governo apresenta à sociedade de Porto Alegre e a esta Casa. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 003/11 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, nós gostaríamos de retirar o destaque dessa Emenda porque ela tem Parecer favorável de todas as Bancadas da Câmara Municipal. É um avanço na democratização do EIV.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Fernanda Melchionna, não há como retirar o destaque. Tem que ser votada.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, para não ocorrer dúvidas, nós não queremos esgotar o tempo de discussão. A nossa posição é favorável. A Ver.^a Fernanda Melchionna tem razão: a quase totalidade das Bancadas da Casa – eu já não diria todas, porque parece que a Ver.^a Sofia tem posição contrária – é favorável. Nós somos a favor de aprovar a Emenda do PSOL.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Presidente, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos. Quero dizer que a nossa Bancada do PPS não foi

consultada sobre a Emenda, mas mesmo assim nós somos favoráveis à Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.)

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, gostaria de cumprimentar os militantes, lutadoras e lutadores do Fórum de Entidades que certamente fizeram com que esse debate fosse pautado na cidade de Porto Alegre, seja durante a discussão da nossa Comissão Especial do Plano Diretor em que o EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança – entrou como um dos fortes debates na nossa Cidade, como agora, na regulamentação e no Projeto que encaminha o Executivo a esta Casa. Certamente, é uma contribuição da mobilização das entidades; da sociedade, que clama por mais um instrumento que possa auferir os impactos na vizinhança dos empreendimentos, que possa subsidiar a elaboração do EVU, que possa ser um instrumento para o exercício da cidadania, que possa ser instrumento na defesa da vida dos habitantes dos bairros da nossa Cidade, um instrumento vinculado ao Estatuto da Cidade e que também é uma conquista a esse respeito.

Nós vimos aqui encaminhar a Emenda nº 08, porque certamente é mais uma emenda democrática para a nossa Cidade. Finalmente, depois dessa construção feita pelo Fórum de Entidades, por Vereadores e Vereadoras da nossa Casa – Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Beto Moesch –, que lutamos pela aprovação da Emenda nº 07, sensibilizamos o Governo no sentido de permitir a aprovação de uma das emendas; inclusive, isso é previsto em outros

instrumentos na nossa Cidade, como o EIA-RIMA. E foi aprovado! Nós saudamos essa aprovação.

Entretanto, a Emenda nº 08 tem o mesmo sentido de dar publicidade ao relatório do Estudo de Impacto de Vizinhança e a todos esses instrumentos que são os mapas, as simulações, as maquetes eletrônicas, por todos os meios, sejam físicos – na Secretaria de Planejamento Municipal, quando alguém pede e pode retirar esses instrumentos para consulta –, ou pela Internet, onde há boa parte das relações, da consulta aos projetos, do acompanhamento das votações.

Não é à toa que todos nós recebemos dezenas de *e-mails* relativos a outros projetos que tramitam na Câmara Municipal e *e-mails* pedindo a aprovação do EIV, porque as pessoas aproveitam esse espaço da Internet para exercer também a sua cidadania – para acompanhar a Câmara de Vereadores, para acompanhar o Executivo –, e também têm que ter o direito de usar o instrumento Internet para fazer essas consultas. Nesse caso, nós colocamos o parágrafo único: que, durante o período em que o EIV permanecer à disposição para consultas, poderão ser solicitados esclarecimentos, poderão ser tiradas dúvidas da população, colocando a Secretaria a serviço da população, permitindo outro instrumento de cobrança e de pressão da sociedade sobre um órgão público, porque, ao fim e ao cabo, em todas as administrações, o patrão é o povo, e o povo tem que ter o direito de exercer a sua pressão, a sua fiscalização, a sua cobrança, tanto nos empreendimentos e nos impactos que esses empreendimentos terão sobre a Cidade, sobre o bairro, sobre a vizinhança quanto na visão da totalidade de conjunto da nossa Cidade.

Eu diria que é uma emenda democrática, e uma emenda democrática coetânea do que estamos vendo no mundo hoje, que é a luta cada vez mais forte por ampliação da democracia representativa para a democracia participativa, que é a ampliação dos espaços de discussão para que o povo consiga controlar a política e a economia, que é a discussão de cada vez mais os movimentos sociais populares entrarem na cena do jogo político para definir o seu futuro. Neste caso, é uma Emenda singela, muito batalhada pela Ver.^a Sofia, pelo Ver. Beto, pelas entidades que construíram todo esse leque de emendas e de discussão que houve na Cidade durante o Plano Diretor e agora, quando

recebemos esse instrumento. E nós, de fato, não podemos aceitar que o Governo retire um instrumento democrático da nossa população. Portanto, nós pedimos aos Vereadores e às Vereadoras que aprovem esta Emenda, porque ela é a ampliação da democracia participativa da nossa população.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Emenda nº 08 altera o § 13, o qual passa a ter a redação que foi lida pela Presidência ao apresentar essa Emenda. Ela substitui, é uma longa Emenda, o § 3º cuja versão original, ou seja, a versão do Projeto do Governo diz o seguinte (Lê.): “Os documentos integrantes do Estudo de Impacto de Vizinhaça e respectivo termo de referência ficarão disponibilizados para a consulta na Secretaria de Planejamento Municipal a partir da publicação do Edital da Audiência Pública”. Acho que substitui esse dispositivo, este parágrafo do art. 13, e eu não vejo justificativa capaz de sustentar essa proposição, até porque me parece que a nova redação proposta, além de ser confusa, gerará uma procrastinação, uma protelação, uma dilatação do exame de forma não claramente esclarecida, nem no bojo do artigo que é alterado, tampouco no parágrafo que é acrescentado.

Por isso, Ver. Dib – parece até que eu sou do Governo hoje aqui, porque estou defendendo o Projeto do Governo –, acho que essa proposta aqui, como está escrita pelo Governo, Ver. Cecchim, é simples, clara, concisa e objetiva, assegurando à comunidade a forma mais ampla de participação desde o momento em que o Edital for publicado. A Emenda não diz a partir de que momento, dá a entender que só depois de realizada a Audiência Pública é que se vai verificar esse fato. Ora, antes da Audiência Pública é que as pessoas têm que ter conhecimento do que a Audiência irá discutir, qual a proposta, qual o termo de referência, qual o estudo oferecido pelo empreendedor, enfim, qual

os elementos que elas vão decidir, posicionando-se favoráveis ou contrárias na Audiência.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, diversamente da outra proposição do PSOL, fiz questão de vir à tribuna dar o meu apoio, votar favoravelmente à sua aprovação, para que aqui não apareça um discurso ideológico e posições políticas diferentes. Não. A proposta do PSOL que, no meu entendimento, seja correta eu vou aprovar, e aquela, felizmente, foi aprovada por unanimidade. Agora, no caso concreto, Ver. Brasinha, eu recomendo que não seja aprovada. De uma forma muito honesta e muito transparente, acredito que a forma como foi escrita pelo Governo é muito melhor do que está escrito pela proposta do ilustre Líder do PSOL, que lamentavelmente não está conosco nesta tarde e que deixa de ouvir a minha colocação transparente, sincera, que não tem subterfúgio nenhum. Acho que, neste particular, não laborou corretamente o Ver. Pedro Ruas. O ideal, o mais adequado, o que melhor exprime as necessidades do Projeto é a manutenção da proposta originária do Governo, votando, sim, por conseguinte, contrariamente à Emenda, isto é, não à Emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, em primeiro lugar, sei que não muda o registro do voto na votação, mas, nas Atas e na redação, o meu voto, registrado não, é voto sim. Fiz uma tentativa de trabalhar com o não induzindo V. Exas. a votar contra o meu voto, mas acho que não os peguei distraídos, Ver. Nilo Santos.

Estamos tratando agora da Emenda nº 08, falando obviamente da supressão do § 2º do art. 8º. A Emenda nº 08 é uma construção do Fórum das entidades, porque, infelizmente, o Plano Diretor é uma caixinha inexpugnável; o cidadão comum não consegue se orientar e entender, naquele monte de tabelas, naquele monte de números, o que vai acontecer com a sua vida na sequência de um empreendimento que foi aprovado. Por mais que ele pegue aquele

calhamaço e anexos, tendo que ir de um anexo para outro para entender, há termos técnicos, e a cidadania, o protagonismo do cidadão, Ver. Reginaldo Pujol, não pode ser impedido pela complexidade técnica de leis que interferem decisivamente na sua vida.

Então, nós não queremos mais um instrumento, EIV, complexo e que engana a população. Foi feito o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, mas a população não entendeu, até porque não tem formas de entender, não tem preparação para isso e nem é a sua tarefa.

A proposição sobre a forma de apresentação do EIV é uma demanda da sociedade, para que haja simulações, mapas, maquetes eletrônicas. Nós, por exemplo, no Movimento Cidade Baixa Vive, tivemos, por ação voluntária de um vizinho, a projeção, Ver. Brasinha, da sombra e do tempo de sombra do espigão da Rua Gen. Lima e Silva – esse vai ser sempre o apelido do espigão que está em frente ao Olaria, na Rua Gen. Lima e Silva – sobre as casas listadas na rua ao lado. É isso que eu lhe falava de impacto, Vereador e Secretário, Márcio Bins Ely: se há moradias ao lado do empreendimento, se elas têm acesso à luz solar apenas pelos fundos das suas casas, já que são coladas umas às outras, como as são as moradias açorianas – a porta fica virada para a rua; há apenas uma porta e uma janelinha –, pegando sol apenas no pátio dos fundos. O espigão sobe e tapa o sol dessas casas o dia inteiro. A população tem que receber uma projeção, e é isso que diz a Emenda, desenhada – hoje nós temos instrumentos para isso –, uma simulação que vai demonstrar qual impacto, pela altura, comprimento e profundidade, será feito pelo prédio que está sendo construído. Isso é direito do cidadão.

Ninguém nesta Cidade tem mais direito à paisagem e ao sol do que o outro. Todos ser humano, para sua saúde e a da sua casa, precisa que o sol entre na sua janela, se não a casa vai ficar mofada, os ácaros vão se desenvolver e a saúde das crianças e dos idosos estará comprometida. Nós, Poder Público, instrumentos de aplicação do Plano Diretor, não podemos permitir isso, porque é uma violência. Ver. Nedel, a liberdade da gente termina quando começa a do vizinho. Eu não posso ganhar um sol a 19 metros de altura e impingir a seis ou sete vizinhos que nunca mais haja sol nas suas casas, sem que os mesmos tomem conhecimento.

Eu não entendo, Ver. Dib, por que o Governo é contra esta Emenda que simplifica, que torna didático e acessível à apresentação do EIV. Eu quero fazer um apelo: nós temos que sérios quando legislamos pelo direito do cidadão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras; Srs. Vereadores; Ver.^a Fernanda Melchionna, nós temos que reconhecer ao menos a aprovação da Emenda nº 07, de autoria do PSOL, porque é de fundamental importância, Ver. Cecchim, para que possamos ter o Estudo de Impacto de Vizinhança realmente completo.

A proposta do PSOL na Emenda nº 08, no seu *caput*, Ver. Ferronato, dialoga diretamente com a Lei Federal nº 6.938, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e com o Código Estadual do Meio Ambiente, quando devemos estabelecer o EIA-RIMA, o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, ou o RIA, que é um EIA-RIMA mais simplificado. Ao contrário do que muitos pensam e até se justifica, não analisa apenas impactos dos recursos naturais. Muito antes pelo contrário, em Porto Alegre se analisa os impactos no trânsito, sol, praças, arborização, arqueologia, esgoto cloacal, Ver. Todeschini, esgotamento pluvial, Ver. Ferronato, V. Exas. que foram Secretários, tudo isso é analisado por todas as Secretarias. Então, o impacto analisado pelo EIA-RIMA e pelo RIA, em Porto Alegre, não diz respeito só aos recursos naturais. Muito mais do que isso: 80% das contrapartidas que o empreendimento tem que oferecer para a cidade, em Porto Alegre, são para a mobilidade urbana, novas avenidas e alargamentos; e no máximo 3% para recursos naturais. Então, o que mais se analisa são os impactos urbanísticos. Portanto, para grandes empreendimentos, nós já temos o EIA-RIMA e o RIA; o EIV teria que vir para pequenos empreendimentos. A Emenda do PSOL garante a publicidade, garante um linguajar acessível ao público, portanto menos técnico, e um tempo suficiente para as pessoas analisarem o Estudo e poderem se manifestar em

audiência pública, isso está totalmente perfeito. O problema está, Ver.^a Fernanda Melchionna, embora tenha totalmente mérito, o parágrafo único, que tem mérito, mas o problema é a sua aplicabilidade. Não há como responder em 10 dias. Então, o que nós poderíamos – falei muito com V. Exa., falei com o Ver. Dib e com o Secretário Márcio Bins Ely – é garantir o *caput* no Decreto, que é fundamental e já é legislado no âmbito estadual e federal. Tem que se fazer isso que está no *caput*: a publicidade e a garantia de acesso das pessoas com mapas e tudo que está aqui. E não só no Decreto, mas eu entendo que no corpo da Lei, porque nós não temos mais como fazer uma Subemenda. Eu quero destacar que esse Projeto é de fundamental importância para o EIV, porque legaliza o EIV; sem o *caput* da Emenda nº 08, EIV não é, se não houver publicidade.

Sr. Presidente, eu estou propondo que possamos garantir o *caput* da Emenda nº 08; o parágrafo único, paralelamente, nós podemos, Ver.^a Fernanda, discutir, mas para se colocar em prática fica bastante difícil. Assim como nós fizemos com a Emenda nº 07, nós poderíamos avançar com relação à Emenda nº 08. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.)

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Mauro Zacher, eu acho que aqui está o coração do debate que nós precisamos fazer. Grandes empreendimentos até têm outros instrumentos para avaliação de impacto; agora, o grande fenômeno que incomoda e que tem agredido os moradores na cidade de Porto Alegre

talvez esteja listado aqui, quando há alteração residencial unifamiliar para multifamiliar. Esse é o principal fenômeno na cidade de Porto Alegre. Então, tem um bairro constituído de unidades unifamiliares e, lá no meio, aprovam um edifício. Ninguém tem nada contra o edifício! Eu acho que a verticalização em áreas onde tem infraestrutura é bem-vinda, é necessária, com o adensamento populacional, com a necessidade de moradias; o problema é que a instalação de um empreendimento não pode determinar a vida do outro cidadão que é proprietário de uma outra economia. E quando há essa transformação, esse impacto – e de novo eu trago o exemplo do edifício aqui na Lima e Silva – já pega, Ver. Brasinha, uma outra situação que a gente coloca, que é a unificação ou fracionamento de lotes. A Cidade Baixa é uma cidade de encontros, uma cidade de moradias, têm pessoas que sentam na calçada para tomar chimarrão com a família! Ela tinha uma característica cultural, residencial unifamiliar, e, agora, há um fenômeno acontecendo, que a cidade de Porto Alegre permite, via Plano Diretor, e, em alguns momentos, será positivo. Eu, por exemplo, acho que o 4º Distrito, uma verticalização bem pensada pode dinamizar, porque lá é um lugar onde há poucas moradias, há muitas antigas empresas que saíram dali. Então, há grandes espaços construídos, não há moradias, não há vida noturna, mas é diferente da Cidade Baixa. Então, tratamentos diferentes para lugares diferentes. Se tu tens aglutinação de lotes no 4º Distrito, o EIV vai ser feito. Aglutinou três lotes, vai ser feito o Estudo de Impacto de Vizinhança; vai se ver que a vizinhança é de empreendimentos de empresas que não vão ter impacto; beleza! Agora, se for fazer na Cidade Baixa, e vai se dar conta que unificou três lotes estreitos e fundos, que o empreendimento ali vai modificar a altura média existente... A altura média é baixa e daqui a pouquinho surge um enorme empreendimento, que causa um impacto de trânsito. Na Lima e Silva – eu insisto, Ver. Márcio Bins Ely –, quando chega quinta-feira, sexta-feira, ninguém mais anda! O movimento cultural e de bares da Cidade já traz um trânsito extremamente complicado. Ora, constroem um edifício multifamiliar, que vai ter cem, 200 garagens, que impacto isso tem num trânsito já extremamente congestionado? “Ah, mas ele não é um edifício de mais de 5 mil, de mais de 10 mil, conforme os itens que estão na lei.”

Então, é para considerar esse instrumento nessas situações que modificam a morfologia, o que está estruturado na Cidade. Quer dizer, altera a altura média existente na Região; é tudo baixo, daqui a pouquinho tem proposto um com altura bem alta. Aí vão ter que dar afastamento, vão ter que fazer as compensações necessárias, para não haver uma agressão no entorno, ou ao unificar lote, ao considerar bens inventariados também. Porque a gente tem todo um patrimônio cultural a preservar e um terreno ao lado. Daqui a pouquinho esse terreno permite, pelo Plano Diretor, índice construtivo enorme, mas que vai interferir na paisagem. E paisagem também é preservação de bem. Aí eu vou dar o exemplo da Usina do Gasômetro ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; como as discussões já encerraram, e nós só temos encaminhamentos, eu estou fazendo um encaminhamento com uma posição pessoal, não de Bancada. A Emenda nº 09 é a emenda mais importante, Dr. Raul, deste Projeto de Lei porque é a emenda que justamente garante que o Estudo do Impacto de Vizinhança seja realizado para empreendimentos de menor porte. Para os de maior porte, nós já temos o EIA-RIMA e o RIA, isso é importante colocar. O EIA-RIMA e o RIA já analisam impactos urbanos, sim, e principalmente os urbanos. Então, se a Emenda nº 09 não for aprovada, na minha opinião, Ver. Márcio Bins Ely, Secretário, nós vamos trocar seis por meia dúzia porque, em vez de termos um RIA para o *shopping center*, nós vamos ter um Estudo de Impacto de Vizinhança, o que é a mesma coisa, é exatamente a mesma coisa! Alguns acham que é diferente; alguns acham que o Estudo de Impacto de Vizinhança vai priorizar os impactos urbanos, e que o RIA vai priorizar os impactos no ambiente natural. Errado! O ambiental aqui é *lato sensu*: é o impacto no trânsito, é o impacto do esgotamento pluvial, cloacal, é o aumento

de pessoas em determinado local, insolação, ventilação e assim por diante. Impactos econômicos e sociais, Ver. Toni Proença, tudo isso é analisado por leis federais, estaduais e municipais, no EIA-RIMA ou no RIA, assim como no EIV. O que o Estatuto da Cidade quer? O que a lei federal quer? É que nós tenhamos um EIA-RIMA também para empreendimentos que o EIA-RIMA não contempla. É isso! Então, se a Emenda nº 09 não for aprovada, não vai ser ruim, mas também não vai ser bom; vai ficar tudo na mesma. É a minha avaliação! A Emenda nº 09 é a garantia de que, por exemplo, uma rua a ser alargada que porventura não tenha o RIA ou o EIA-RIMA e, às vezes, não precisa ter, vai ter o Estudo de Impacto de Vizinhança. Vai haver um impacto, e, mesmo que positivo, vai ter uma alteração no quarteirão e no bairro que os vizinhos vão ter que acompanhar e analisar. E o estudo tem que ser de impacto de vizinhança. Não é um impacto de cidade como um todo; é ali, naquele quarteirão, naquele bairro, é esse o estudo que o EIV – o Estudo de Impacto de Vizinhança – tem que fazer. Por isso a Emenda nº 09, que é do Fórum de Entidades, que procurou vários Vereadores, como sempre, que atuou no Plano Diretor – Ver. Toni Proença, que presidiu o Fórum de Entidades em 2009 e sabe muito bem, são pessoas que gratuitamente ajudam a Câmara de Vereadores e o Executivo na elaboração das suas leis –, assim como ocorreu com outras entidades em relação à Lei Orgânica do Município. Então, para que nós possamos contemplar, pela primeira vez, na cidade de Porto Alegre, estudos de impacto realmente de vizinhança, de menor porte, de menor alcance, garantindo estudos para minimizar e compensar esses impactos, como, por exemplo, a substituição de uma casa unifamiliar por um prédio de 17 andares, tem que haver um estudo para isso e uma transparência para que o vizinho não fique surpreso com algo que ele deveria saber e não ficou sabendo. O vizinho tem direito de saber e de se pronunciar sobre isso; não de decidir, mas, ao menos, de saber, de ajudar no projeto, de fazer ajustes no projeto, como deveria ocorrer – ao menos, deveria ocorrer por lei – no EIA-RIMA e no RIA. Por isso a Emenda nº 09. Na minha opinião, essa Emenda salva o Projeto de Lei do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado pelo Poder Executivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação o item III, da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, pelo que estou informado, o destaque é só para o item III da Emenda, o que me leva a questionar a Mesa se o restante já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Quando a Emenda for votada...

O SR. REGINALDO PUJOL: Aprovado ou rejeitado o item III, os itens I e II não serão discutidos?

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apenas o item III será votado em separado, Sr. Vereador.

O SR. REGINALDO PUJOL: Então a discussão está resumida tão somente ao item III.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Haroldo de Souza, esta Emenda, proposta pelo Ver. Reginaldo Pujol, recua num dispositivo que o próprio Governo trouxe a esta Casa, que é a discussão também feita no Conselho do Plano Diretor. Ela está suprimindo alguns empreendimentos que o Projeto prevê que sejam objetos de elaboração do EIV. A Emenda propõe suprimir o inciso II. O que diz o inciso II? O Governo mandou para cá um texto dizendo que clube com área

adensável acima de 5 mil metros quadrados será objeto de EIV. Ora, um clube tem diversos esportes, apitos até tarde da noite, tem festas, grandes festas – como nós vamos retirar isso de ser objeto do EIV, Ver. Reginaldo Pujol? Eu pergunto qual é a intencionalidade? Acho que é direito da população, e é importante esse instrumento para fazer a implantação de um clube em determinada área.

O segundo item que o Ver. Reginaldo está propondo é retirar o inciso III: “Comércio atacadista com área adensável acima de 5.000 metros quadrados”. Ora, é um comércio atacadista grande; não é enorme, mas é importante. É importante um comércio atacadista, Ver. Nilo, ter um EIV? O Governo diz que sim, mandou para esta Casa. Um comércio atacadista implica em caminhões, que trazem grandes volumes de mercadorias, implica em receber muitos clientes, um trânsito enorme, é grande; o tipo de produto que será armazenado precisa ser avaliado. Então, eu não compreendo que deveríamos retirar dos empreendimentos passíveis de EIV. E também está sendo proposto retirar o inciso VI – centro de eventos com área adensável superior a 5 mil metros quadrados – é um baile grande. O Governo entendeu que ele deveria ser objeto do EIV e a Emenda está retirando desta lista.

Então, eu, aqui – pasmem –, estou sugerindo, através do Destaque, que mantenhamos a proposta que o Governo mandou para cá. São três empreendimentos grandes, são empreendimentos de impacto, de mobilização de muita gente – um clube, um centro de eventos e um comércio atacadista –, todos com mais de 5 mil metros quadrados. Não há o que justifique retirá-los da listagem enviada pelo Governo. Eu pergunto ao Ver. Dib se tem ou não pertinência o que esta Vereadora fala? Gostaria que V. Exa. ajudasse, mais uma vez, pois várias Emendas nós aprovamos e acho que estes casos, de grandes empreendimentos, podem, sim, criar grandes problemas no entorno. Mas o EIV não vai impedir, é apenas um instrumento para identificar esses problemas e criar medidas compensatórias ou mitigadoras. Nesses casos, possivelmente, mitigadoras. Quando é possível fazer uma vedação de som, é necessário; quando é necessário alargar rua, afastar o movimento; a abertura do empreendimento para um lado e não para o outro. Então, claro, que há outros instrumentos para isso, mas o EIV tem o objetivo específico, a forma

como ele será apresentado tranquilizará os vizinhos. Quer dizer, vai ter um centro de eventos, mas a vizinhança vai saber exatamente qual é o impacto, que medição foi feita e que mitigação está sendo proposta.

Então, eu faço um apelo aqui: é para manter o texto do Governo neste Destaque que propus. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quer me parecer que a parte destacada, o item III; o restante como aqui está não foi destacado, não é objeto de discussão. Não vamos deixar as pessoas equivocadas, não. Se nós aprovarmos essa Emenda, as suas duas primeiras partes são aparentemente apoiadas, porque não se pediu destaque, não se tem a intenção de derrubá-las. A intenção é somente no item III. Quero chamar a atenção dos Colegas para o que diz o item III – não é nada disso que disse a Ver.^a Sofia Cavedon –, que diz o seguinte: “O inciso IX, do art. 8º, do PLCE nº 003/11, passa a vigorar conforme segue (...) O art. 8º, § 1º – Atividades não previstas no art. 8º com porte e potencial de impacto similar àqueles previstos”. Tudo isso já está decidido, a única dúvida seria o item III. E o que diz o item III? (Lê.): “Item III – Ficam suprimidos os incisos II, III e VI do art. 8º do PLCE 003/11”. E que, por sua vez o que diz este dispositivo aqui? Vou ler com toda a clareza para que não haja dúvida. “Art. 8º – VI – centro de eventos com área adensável superior a 5.000 metros quadrados”. Trata-se de centro de eventos, um local de programações. E no art. IV, diz o seguinte: “centro comercial com área adensável superior a 5.000 metros quadrados”; e finalmente, “III – comércio atacadista com área adensável acima de 5.000 metros quadrados”. Então, aparentemente, o item III do art. 8º é sobre clube com área adensável acima de 5 mil metros quadrados. Ora, clube, Ver. Raul, clube, Ver. Brasinha! Ora, pelo amor de Deus! Vão criar restrições para que os clubes se expandam, para que o Teresópolis se expanda, para que o Grêmio

Gaúcho se expanda, para que a Sogipa se expanda, para que o Grêmio se expanda, para que o Internacional se expanda. Ora, pelo amor de Deus! Não vamos fazer confusão com isso! Os clubes estão até saindo de Porto Alegre: o Cruzeiro está indo para Cachoeirinha, tem clube indo para Canoas. Isso eu acho que é uma demasia.

O outro item, o terceiro, poderia, aparentemente, suscitar algum tipo de discussão. Poderia! Mas vamos olhar com tranquilidade o que diz: comércio atacadista com área adensável – há que se entender o sentido da palavra adensável – acima de 5 mil metros quadrados. E, finalmente, o inciso VI, como eu já disse anteriormente: centro cultural com área adensável superior a 5 mil metros quadrados. Ora, há lei nesta Cidade dizendo que centros culturais, centros de eventos são áreas não adensáveis. Então, eu acho uma demasia o que está aqui. O Governo que eu elogiei várias vezes não acertou em tudo, em alguma coisa se equivocou. Eu estou oferecendo esses três reparos com fundamentos: centro de eventos, centro culturais não produzem adensamento – é conceito legal nesta Cidade. O que é centro de eventos, o que é centro cultural, Ver. Luiz Braz? V. Exa. que tão bem laborou sobre isso no Plano Diretor. Então, nesse sentido particular, eu acho que aqui o Governo exagerou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para encaminhar a votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Reginaldo Pujol, o que me preocupa é a questão, hoje, que nós não temos quase mais clubes em Porto Alegre. Hoje, Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, está restrita a três, quatro clubes. Agora, Ver. Idenir Cecchim, sobre esses poucos clubes que ainda estão erguidos em Porto Alegre, que estão em funcionamento em Porto Alegre, nós temos que ter cuidado em fazer uma pressão de demarcação de crescimento! Hoje, repito, temos em Porto Alegre uma meia dúzia de clubes – estou exagerando! –, e ainda vamos colocar

restrições a esses que são poucos e estão funcionando? Ora, temos que ter cuidado! Geram empregos, nem vou entrar nessa questão! Geram milhares de empregos, diretos e indiretos.

Ver. Nilo Santos – centro de eventos –, por favor, me ajude! Quais são os centros de eventos que a Capital do Rio Grande do Sul tem? Ajude-me aí! Quais os centros de eventos que a Capital do Rio Grande do Sul tem? Por favor! Me ajudem! Não tem! Não existe! Se não forem o Gigantinho e o Pepsi, antigo Condor, não tem mais nada! Não existe! Hoje, Porto Alegre perde grandes megaeventos, eventos bons, que dão empregos diretos e indiretos; está perdendo para Eldorado do Sul, perdendo para Guaíba, perdendo para a Grande Porto Alegre.

Então, concluindo, Ver. Nilo Santos, temos que ter cuidado. Eu acho que temos que ter muito cuidado com determinadas leis – muito cuidado! Eu quero ver a Cidade que me acolheu, que me deu oportunidade, crescer, mas crescer pela linha certa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, infelizmente alguns estão tratando o Estudo de Impacto de Vizinhança como se fosse uma coisa ruim para a Cidade, como se fosse algo que fizesse com que a Cidade não se desenvolvesse mais; muito antes pelo contrário... Por exemplo, a geração de empregos é considerada um impacto positivo dentro do Estudo – o EIA-RIMA e o EIV consideram a geração de emprego algo altamente positivo, e que vale a pena enfrentar impactos negativos em virtude disso, e isso está na lei, em Lei Federal e em Lei Estadual; um evento é considerado impacto positivo. Então, primeiro, rejeitar a Emenda nº 09, que garantia o Estudo de Impacto de Vizinhança para empreendimentos de menor porte se foi, mas agora o Ver. Pujol vai além: ele retira do Estudo de Impacto de Vizinhança empreendimentos previstos no Projeto do Poder Executivo. E, por incrível que pareça, o próprio Poder Executivo dá apoio à Emenda.

Então, não dá para entender; continuo não entendendo por que termos Estudo de Impacto de Vizinhança se já temos o EIA-RIMA e o RIA. Agora, aumentar o Estudo de Impacto de Vizinhança para áreas que antes eram de 5 mil metros quadrados para áreas de 10 mil metros quadrados é diminuir a importância do “vizinho” no Estudo, é diminuir o alcance do que vem a ser o Estudo de Impacto de “Vizinhança”. E mais: retirar clubes! Ora, se os clubes estão tendo problemas em Porto Alegre, não é por causa do EIV, porque nós nem temos o Estudo de Impacto de Vizinhança; é por outros motivos, por motivos culturais, por uma nova concepção de se morar numa cidade. Isso é o que está afetando os clubes, não o EIV; nós nem temos EIV, Ver. Todeschini, como é que vamos culpar o EIV? O EIV é uma coisa boa! Se partirmos da premissa de que o EIV é uma coisa ruim, vamos pedir ao Congresso Nacional que retire do Estatuto da Cidade o Estudo de Impacto de Vizinhança. Então vamos, de uma vez por todas, dizer, Secretário Márcio Bins Ely, que estudo é ruim, o estudo atrapalha, a transparência atrapalha, a participação da sociedade atrapalha o desenvolvimento? Não é essa a nossa visão de desenvolvimento. A nossa visão de desenvolvimento é a visão da participação da sociedade, da transparência, do estudo técnico com a participação da sociedade. Querem dizer que o Estudo de Impacto de Vizinhança é algo ruim para a Cidade, ouvir isso da Câmara de Vereadores é algo inaceitável, porque os Vereadores deveriam garantir justamente o estudo; os Vereadores deveriam garantir a transparência; os Vereadores deveriam garantir a publicidade, porque isso é uma obrigação sua, não é um direito seu. Isso está na Lei Orgânica, e nós, ao assumirmos a Vereança, temos que prometer respeito à Lei Orgânica. A participação da sociedade e a transparência está na Lei Orgânica. Portanto, vir aqui dizer que o Estudo de Impacto de Vizinhança é ruim para a Cidade, ora, eu acho que estou no fórum errado, porque não é possível! Não é possível ouvir desta tribuna que transparência, estudo e publicidade são ruins para a Cidade! Este fórum aqui eu não admito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.)

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, o Ver. Beto Moesch fez uma fala aqui que eu poderia subscrever com toda a tranquilidade. O que é a democracia senão, na sua forma mais avançada, permitir a mais intensa participação da sociedade à tomada de decisões nos rumos da comunidade e no construir a Cidade fundamentalmente, Ver.^a Fernanda? Então, quando se propõe o Estudo de Impacto de Vizinhança, é para que tenhamos a possibilidade, Ver.^a Sofia, de ter uma Cidade mais harmonizada, uma Cidade mais humanizada, uma Cidade que tenha como resultado qualidade de vida, uma Cidade que pense soluções técnicas, mas que ouve, que permite a participação da comunidade nas decisões finais. O que está proposto nesta Emenda é, a partir de um limite, fazer que determinada natureza de empreendimentos – clubes, centros de eventos... E aí, Ver. Brasinha, o senhor comentava aqui, o Vereador falou antes, disse que não lembrava dos centros de eventos. Nós temos muitos, sim: há o Centro de Eventos da FIERGS, da PUC, há o centro de eventos de vários hotéis. É importante que eles estejam alinhados, sempre subordinados a um processo de debates da Cidade. Há, sim, um princípio técnico, mas que tem que estar fundado na mais ampla participação da comunidade. Exigir essas medidas é para se pensar numa Cidade que não vai ter o seu ciclo em dez, vinte anos, mas é uma Cidade que pode se pensar em nível de um, dois, cinco, dez séculos. Isso não é novidade. Na Europa, é comum a gente ter empreendimentos, dações, espaços que têm pelo menos dez séculos de vida útil atualmente.

Então, quando se propõem medidas para que se possa estudar e tomar decisões tranquilas e maduras, que se possa harmonizar todo o entorno,

harmonizar toda a vizinhança com os seus impactos, é uma medida bem-vinda para a saúde e para o futuro da Cidade e para a sua qualidade de vida.

Portanto, nós pensamos numa Cidade sustentável. Fala-se em cidade sustentável, mas, por incrível que pareça, depois, na hora de tomar medidas, aqui a maioria tem tomado medidas contra a sustentabilidade da Cidade. Quantas coisas nós tratamos aqui no Plano Diretor, em legislações difusas, esparsas, variadas, e permitiu-se que esses elementos de valoração da Cidade fossem atacados permanentemente!

Então, eu penso, Ver.^a Fernanda, que devemos cuidar para que a Cidade possa se construir, possa avançar harmonicamente, e nela se possa conviver. Aqueles que pensam que medidas como o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, ter o Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto do Meio Ambiente – EIA-RIMA ou outras medidas acauteladoras vêm em prejuízo da Cidade estão equivocados. As pessoas que pensam assim não podem pensar apenas em si, elas têm que pensar que a Cidade é um corpo vivo, é dinâmico, tem e pode ser construído, desde que atenda o critério de atender a todos, sem o prejuízo daqueles que são impactados diretamente; ao contrário, pode-se fazer tudo isso, com ganho para todos. É assim que se defende a ideia e o conceito geral. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, evidentemente a votação vai ser nominal, mas eu quero informar à Casa – inclusive fazendo o *mea culpa* – que nós discutimos uma matéria completamente diferente da que estamos votando. A proposição de supressão do item II, do § 1º – que trata da localização em áreas de acentuada concentração urbana (potencialmente geradores de impactos na mobilidade urbana); do item III, que trata da localização de diversas atividades num mesmo empreendimento; e do item VI, que é sobre a efetiva ou potencial geração de impacto urbanístico, significativamente indesejável, indicado por dados de monitoramento.

Quem concordar com que isso saia, vai sair; caso contrário, tudo aquilo que se discutiu, sobre clubes, etc., não tem nada a ver com o que a Emenda está

aprovando. A Ver. Sofia se equivocou, e eu faço a *mea culpa*, equivoquei-me junto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está registrado, Ver. Pujol. Orientação de votação, Vereadores: “Sim” é para manter o comando da Emenda.

O SR. REGINALDO PUJOL (Questão de Ordem): Inicialmente falou-se que só seria discutido o item III.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O comando do item III.

O SR. REGINALDO PUJOL: Vossa Excelência falou comando da Emenda. O comando da Emenda é mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): É o que foi destacado, Vereador.

O SR. REGINALDO PUJOL: Então, nós estamos discutindo só o item III, que mantém ou não no texto o que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Exatamente, aquilo que foi destacado.

O SR. REGINALDO PUJOL: Para manter no texto, tem que votar SIM; para retirar do texto, NÃO.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Realmente confunde: SIM, mantém a Emenda do Ver. Pujol e suprime os três incisos; NÃO, mantém o texto do Governo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Repetindo: SIM, mantém o item III da Emenda nº 12; NÃO, rejeita o item III.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADO por 18 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Sr. Presidente, se for possível, requiro renovação de votação do item III da Emenda nº 12, destacada, ao PLCE nº 003/11.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vossa Excelência faça o Requerimento à DL.

Passamos à votação das Emendas não destacadas, registrando que as Emendas nº 06 e nº 17 foram retiradas.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB (Requerimento): Sr. Presidente, solicito votação em bloco, já que há concordância, das Emendas nºs 01, 02, Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, Emendas nºs 03, 04, 10, 11 e 13 ao PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu queria que a Emenda nº 12 fosse votada em separado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver.^a Sofia, a Emenda nº 12 não está no bloco.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o bloco constituído pelas Emendas nºs 01, 02, Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, Emendas nºs 03, 04, 10, 11 e 13 ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, a Emenda nº 12 ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 5 votos **NÃO**.

Em votação nominal a Emenda nº 14 ao PLCE nº 003/11, solicitada pelo Ver. Beto Moesch. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM** e 5 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, a Emenda nº 15, destacada ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, a Emenda nº 16, ao PLCE nº 003/11. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 18 ao PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação o PLCE nº 003/11. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Bem, senhores, por que encaminho o Projeto? Acho que nós temos que procurar fazer uma síntese do que aconteceu hoje à tarde. Eu discutia com a minha Bancada, nós não vamos votar contra o Projeto. Mas eu, olhando o conjunto das nossas votações, imagino que a Câmara perdeu uma grande oportunidade de aprimorar o Projeto vindo do Executivo, e, em alguns pontos, ela o piorou, ou piorará, dependendo da renovação de votação proposta pelo Ver. Mario Fraga.

Quando nós fizemos o debate de que não dava para substituir o EIV pelo EVU, nós fizemos um bom debate, e o argumento da simplificação, da válvula de escape, da emergência venceu no plenário. Eu quero lamentar, porque o EIV vem com outra proposta. O EIV é uma conquista das populações das cidades que vêm se densificando e que, ao se densificar, vêm causando impactos negativos seriíssimos que implicam para o próprio Governo da Cidade novos investimentos, como, por exemplo, no trânsito; o EIV ajuda a entender o

impacto da mobilidade urbana. Já existem outros instrumentos, mas esse é a partir do olhar da população: impacto na desfiguração das cidades, na perda de identidade das cidades, impacto na perda de qualidade de vida desses cidadãos. Nós temos que densificar? Temos. Temos que progredir? Temos. Mas não podemos fazer isso à custa de saúde e de qualidade de vida.

Então, o EIV, conquista do Estatuto da Cidade, é uma leitura que a população das cidades, dos grandes centros urbanos fazem, são pedidos de socorro junto aos Ministérios Públicos. Porto Alegre viveu uma situação, uma única situação em que ganhou na Justiça que o EIV fosse feito para um empreendimento iniciado. Em outras situações, muitos vizinhos, ruas, vizinhanças buscaram nesta Casa, buscaram junto ao Ministério Público e não conseguiram o EIV, porque não havia previsão legal, porque ele tem um caráter muito específico e moderno. Aqui nesta Câmara, gosta-se muito do termo moderno. O EIV é moderno porque ele reconhece novos direitos. É o direito de eu morar onde eu estou sem ser agredida, sem perder completamente a qualidade de vida, sem ser obrigada a vender minha casa, a me mudar, sem ser obrigada a conviver com barulhos novos, com situações conflituosas novas que eu não pude sequer saber que elas viriam a existir. Isso é moderno, isso é para resolver o conflito das grandes cidades.

Acho que o Governo demorou, mas trouxe um bom texto para esta Casa, com exceção deste §2º. Poderíamos ter evoluído nas situações que pegam empreendimentos menores, acho que o texto ficou muito para empreendimentos grandes apenas, e nós temos muitos conflitos em pequenos empreendimentos. E pondero com V. Exas. que a renovação de votação pode piorar o que poderia ser um excelente instrumento. Mas acho que temos que terminar a tarde dizendo que Porto Alegre vai dar um passo adiante. Exige – está aqui a representação do Sinduscon – diálogo, exige mediação entre o direito de construir, entre os índices e estímulos à construção, e a mediação com a vida na Cidade. Uma vida mais harmonizada, mais tranquila, onde todos têm direitos iguais. Eu acho que a gente avança, mas podíamos ter avançado mais. O nosso voto será favorável com restrições, lamentando isso e esperando que a gente não renove votação para não piorar ainda mais o Projeto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Dib está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a Cidade está de parabéns, foi aprovado o Estudo de Impacto de Vizinhança. O Governo foi democrático, das 16 Emendas, a base do Governo sugeriu dez. Então, essas dez emendas mostram que o projeto sai melhor. Não aprovar essas 16 emendas não significa que não sejam excelentes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver. Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/11.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, queria registrar, rapidamente, que eu acredito que Porto Alegre perdeu uma grande oportunidade. O Estudo de Impacto de Vizinhança é legalmente exequível, o projeto do Governo não avançou, porque são, justamente, os menores, os médios empreendimentos, como previa a Emenda nº 09, da Ver.^a Sofia Cavedon, que corrigia o Projeto vindo do Governo naquilo que é fundamental no Estudo de Impacto de Vizinhança. Inclusive, foi rejeitada a emenda da Vereadora, que colocava a necessidade de relacionar esses impactos negativos. Perdeu uma oportunidade com a aprovação da emenda do Ver. Pujol, que suprimia incisos importantes daquilo que cabia ao EIV. A famosa Emenda nº 12, sobre a qual houve divergência, mas que tinha implícita a supressão de itens como a necessidade do Estudo de Impacto de Vizinhança em comércio atacadista; estava excluindo a necessidade do EIV em clubes. E são questões importantes que, infelizmente, não vão ser cobertas pelo Estudo de Impacto de Vizinhança em Porto Alegre. A questão da regulamentação e da aplicabilidade da lei, Ver. Beto Moesch, acho que esta Câmara conseguiu piorar drasticamente o Projeto do Governo, com o aval do Governo, porque a Bancada, a base do Governo, aprovou essas Emendas, aqui na Câmara de

Vereadores! Eu nunca vi um projeto ter 180 dias de prazo para implementação a partir da regulamentação. Em geral há um prazo para serem regulamentados os projetos e começarem a ser aplicados. Mas foi a primeira vez que eu vi uma Emenda que coloca um prazo depois da regulamentação do Executivo, através dos decretos que regulamentam as leis votadas aqui neste Parlamento.

Então, eu penso que foi uma oportunidade perdida. Não que o Projeto seja ruim. Nós achamos que o EIV é um instrumento importante para a Cidade, mas naquilo que poderia ter avançado, lamentavelmente não foi. Quando há casos de alteração de uso residencial familiar para multifamiliar, evidentemente há impactos. Quando, num bairro, há uma casa e de repente há um espigão, como no caso da Rua Lima e Silva, que tem uma construção acima do previsto pelo Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. No caso do espigão lá da Rua Lima e Silva que gerou mobilização durante um ano dos moradores do bairro, não seria aplicado em caso de corresponder ao tamanho máximo permitido pelo Plano Diretor. Alteração de atividade, alteração da altura média existente no entorno, como não vai existir impacto de sol, de vento, de tráfego? Infelizmente, o EIV não vai prever isso na cidade de Porto Alegre em função de não ter sido aprovada a Emenda nº 09.

Então, queria só registrar que Porto Alegre perdeu uma grande oportunidade de avançar, e, lamentavelmente, a Câmara de Vereadores piorou pontos importantes do Projeto, ferindo, muitas vezes, como no caso de passar de 5 mil metros quadrados para 10 mil metros quadrados na Emenda nº 12, do Ver. Reginaldo Pujol, para determinadas atividades, piorou e atingiu frontalmente aquilo que era previsto no Estudo de Impacto e Vizinhança.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon, o PLCE nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADO por 27 votos **SIM**.

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Lê.) “Não encaminhei a votação por razões estratégicas e porque o tempo da Sessão está se

esgotando. Oportunamente, esclarecerei da tribuna alguns equívocos efetivados quando do encaminhamento”. Grato.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em discussão o PR nº 028/11. Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h27min.)